

Universidade Federal Do Pará
Instituto de Tecnologia
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura E Urbanismo

Taynara do Vale Gomes

**SANTARÉM: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL ENTRE
URBANIZAÇÃO E NATUREZA**

BELÉM
2017

Taynara do Vale Gomes

SANTARÉM: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL ENTRE URBANIZAÇÃO E NATUREZA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a Ana Cláudia Cardoso

BELÉM
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- G633s Gomes, Taynara do Vale
 Santarém: Uma articulação possível entre urbanização e natureza / Taynara do Vale Gomes.
 — 2017
 114 f. : il. color
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU),
 Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
 Orientação: Profa. Dra. Ana Cláudia Duarte Cardoso
1. Amazônia. 2. Santarém. 3. diversidade socioespacial. 4. urbanização. I. Cardoso, Ana
 Cláudia Duarte, *orient.* II. Título
-

CDD 711.409811

Taynara do Vale Gomes

**SANTARÉM: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL ENTRE
URBANIZAÇÃO E NATUREZA**

Banca Examinadora:

Prof. Dr^a. Ana Cláudia Duarte Cardoso
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Harley Silva
Universidade Federal do Pará

RESUMO

A cidade de Santarém ilustra os atuais conflitos resultantes do processo de urbanização recente. A expansão urbana desordenada, a especulação imobiliária, a implantação de grandes equipamentos de infraestrutura logística, o avanço das áreas utilizadas para o agronegócio e as coalizões cada vez mais fortes entre os agentes econômicos, elite local e forças governamentais em prol de um modelo de desenvolvimento voltado para a produção. Em contrapartida, a cidade, por estar extremamente bem adaptada e articulada a toda uma forma de viver tradicional milenar, consegue apresentar resistência a esse padrão hegemônico que tenta se sobrepor. Modos de vida enraizados com uma forte identidade local, harmônicos com o meio natural, portadores de diversidade social e ambiental construíram uma rede de centenas de comunidades que ocupam desde a franja urbana da cidade até as localidades mais distantes em braços de rio e pequenos ramais dentro da floresta. Esses dois paradigmas existentes na cidade estão em constante disputa por terra e por arranjos institucionais que os viabilizem legalmente. O presente trabalho divide essas questões em três escalas de abordagem. (1) A escala metropolitana, demonstrando que Santarém ilustra um padrão de metrópole incomum; (2) a escala urbana, apresentando o histórico de formação espacial da cidade, as influências portuguesas, quilombolas e indígenas e revelando o quanto o espaço urbano é capaz de refletir essas matrizes e os atuais conflitos existentes; (3) e a escala local, onde uma comunidade agroextrativista, localizada na área periurbana da cidade, é colocada em evidência para mostrar alternativas de modo de vida, apropriação do espaço, dinâmicas econômicas e relações sociais que são invisibilidades pelo padrão hegemônico. Por fim, o trabalho coloca Santarém como o espaço do diverso, que mesmo após todas as imposições de dinâmicas desde sua formação como cidade, mantém uma grande diversidade de modos de vida que seguem a vanguarda do pensamento sobre cidades e a questão urbana.

Palavras-Chave: Amazônia, Santarém, diversidade socioespacial, urbanização.

ABSTRACT

The Metropolitan Region of Santarem (MRS) illustrates conflicts resulting from the process of contemporary urbanization. On the one hand, one can observe the disorderly urban expansion, the advance of real estate speculation, the implantation of large equipment of logistic infrastructure, the advance of the areas used for the agribusiness and the stronger coalitions between the economic agents, local elite and forces, in favor of a development model production-oriented. On the other hand, MRS proves to be extremely well adapted and articulated to a whole traditional way of living, manifested in the resistance of numerous communities that form the urban and peri-urban complex combination, that have been able to resist the hegemonic pattern. In this context, lifestyles rooted in a strong local identity, harmonious with the natural environment, social-oriented, and environmental diverse, are set in a network of hundreds of communities that occupy from the urban fringe of the city of Santarem to the most distant places in the arms of the river and small branches within the forest. The coexistence of these two paradigms is made possible by institutional arrangements that legally enable traditional practices, which is threatened by the dispute over land by the economic agents that are articulated globally. The research explores these issues from three scales of approach: (1) the metropolitan scale, which shows that MRS has an unusual metropolis pattern of coexistence of very different paradigms; (2) the urban scale, which reveals how the urban space is capable of reflecting diverse socio-spatial arrangements, explained by the historical spatial formation of the city (Portuguese appropriation of indigenous spaces, African Americans and *caboclos* contributions); (3) and the local scale, which assumes an agroextractive community as a case study, located in the peri-urban area of the city, to characterize the traditional practices, its forms of space appropriation, economic dynamics and social relations that are invisible by the hegemonic pattern. Finally, the work, places Santarem as a diverse space, which, even after all the undergone modernizations, maintains a great diversity of lifestyles that are worthy of the thinking vanguard about cities and the urban question.

Keywords: Socio-spatial diversity, urbanization, Amazonia, Metropolitan Region of Santarem.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
_O início da trajetória	7
_A delimitação do objeto	8
_O ponto de vista	9
_Objetivos	10
_A metodologia	10
_A estrutura do trabalho	12
SANTARÉM: UM CASO DE ESPAÇO METROPOLITANO SOB MÚLTIPLAS DETERMINAÇÕES	13
1. O problema da urbanização e metropolização industriais na floresta.....	14
2. A metrópole do século XX versus a metrópole do século XXI.....	17
3. Os espaços instrumentais da acumulação: da metrópole à cidade média	21
4. A trajetória do território da Região Metropolitana de Santarém.....	25
5. Considerações Finais	36
6. Referências Bibliográficas	38
SANTARÉM: O PONTO DE PARTIDA (OU DE RETORNO) PARA O URBANO UTOPIA	40
1. Introdução 41.....	41
2. O conceito de urbano sob diferentes perspectivas 43.....	43
3. Uma geo-história para a região de Santarém 47	47
4. A cidade: diversidade de formas e estratégias de apropriação do espaço	54
5. Considerações finais	62
6. Referências bibliográficas	64
SOLUÇÕES DO URBANO-RURAL AMAZÔNICO: O CASO DE UMA COMUNIDADE PERIURBANA EM SANTARÉM (PA)	68
1. O ponto de vista	69
2. O território.....	74
3. A comunidade São Brás (PAE Eixo Forte)	77
4. Considerações Finais	82
5. Referências Bibliográficas	83

INTRODUÇÃO

O início da trajetória

A trajetória dessa pesquisa teve início no âmbito do projeto UrbisAmazônia, onde tive a oportunidade de por 3 anos, ainda na graduação, participar de pesquisas de campo no sudeste e oeste do estado, nas cidades de Marabá, Paraupaebas, Canaã dos Carajás e Santarém e dessa forma entrar em contato com os diferentes conflitos existentes em cada um desses contextos. Esse contato gerou uma série de inquietações, agravadas quando enxerguei as contradições existentes nessas cidades, onde a produção do espaço seguia uma direção oposta ao grande potencial de soluções, que o contexto periférico de inserção do capital e a grande quantidade de modos de vida alternativos ao urbano industrial ofereciam. A princípio trabalhei com a cidade de Marabá como objeto de estudo para o trabalho final de graduação, desenvolvendo um guia de desenho urbano para um bairro, mas foi ao ter contato com a cidade de Santarém pela primeira vez, em um campo realizado em 2014, que me deparei com uma cidade que poderia ilustrar debates positivos de possibilidades de arranjos socioespaciais para as cidades amazônicas. A diversidade encontrada em Santarém encantou à primeira vista e desde esse momento ficou clara a opção que esse seria o objeto de pesquisa no projeto de pós-graduação ao qual concorreria no ano seguinte.

Paralelo a pesquisa do UrbisAmazônia, participei de dois ciclos de pesquisa de iniciação científica e colaborei em pesquisas realizadas no Laboratório Cidades na Amazônia (Labcam), como o projeto de pesquisa sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, além de participação frequente em eventos científicos e reuniões de grupos de pesquisa (Polis SP; CEDEPLAR UFMG; INPE SJC) que me permitiram ter contato com um referencial teórico e experiências empíricas que colaboraram minha compreensão das distorções de contexto e das desarticulações existentes em diferentes áreas de conhecimento, e em diferentes lugares do país sobre aquilo que efetivamente vemos na realidade da Amazônia.

Com o suporte que me foi oferecido a partir dessas experiências, o repertório teórico para a região começando a ser consolidado a partir de teses e dissertações recentes do grupo de pesquisa sobre Cidades na Amazônia, e vasto material empírico coletado tanto por colegas das mais diversas áreas (economia, demografia, geografia,

arquitetura e urbanismo) que foram bolsistas do projeto UrbisAmazônia, quanto nos campos que pude participar, comecei a desvendar a situação de Santarém. Percebi que todos os questionamentos levantados, debates, conversas, diários de campo, entrevistas convergiam sempre para uma palavra - Diversidade.

Essa palavra foi assumida então como norteadora para o trabalho e como principal chave de conexão entre todas as etapas dessa dissertação. Nesta dissertação oferecer elementos para a compreensão de Santarém como um espaço do diverso, que tem muitas lições a oferecer sobre o entrelaçamento entre formas e usos urbanos, rurais e a floresta no território amazônico.

A delimitação do objeto

Conforme será exposto de forma mais detalhada no decorrer dos artigos, Santarém é apresentada como uma cidade que conta com uma trajetória de milênios de ocupação (civilizações pré-cabralinas); onde a configuração da mancha urbana deriva de diferentes matrizes (indígena, portuguesa e quilombola); matrizes essas que desde o século XX vem sendo sobrepostas por um padrão urbano industrial¹, e à medida que a mancha urbana se expande, resulta na superposição de dinâmicas urbanas e rurais; a região onde a cidade está inserida apresenta um tecido urbano extensivo que articula todo o território à uma rede global; e guarda um padrão de dispersão de ocupação do território que preserva indícios daquilo que tem sido a estrutura milenar de ocupação.

A superposição dessas características torna Santarém um laboratório interessante para ilustrar aquilo que é típico no contexto das cidades amazônicas. Um território que é visto como uma fronteira de exploração dos recursos naturais, onde o progressivo avanço das estruturas produtivas da indústria gera um crescimento e “desenvolvimento” distorcido da cidade, que ignora as especificidades locais e tende a homogeneizar o espaço urbano, implantando tipologias típicas da metrópole consagrada no século XX. Essa reestruturação do espaço não acontece apenas na cidade, o campo também tem sido atingido através da desterritorialização das

¹ Termos tais como urbano-industrial, tecido urbano extensivo, urbano utopia, são oriundos do pensamento lefebvriano e são devidamente apresentados e referenciados no corpo dos artigos que compõem esta dissertação.

comunidades tradicionais, na disputa por espaços cada vez mais voltados exclusivamente para a produção.

Diante desse cenário, esse trabalho procura fazer uma discussão de Santarém a partir de três níveis - a metropolitana, a da produção da cidade e de uma comunidade tradicional localizada em área periurbana, para revelar que as dinâmicas em curso, sob essas condições, mostram a face mais opressora e negativa do processo de integração econômica da Amazônia, pois retiram todos os insumos necessários (terra, água e biodiversidade) daqueles que são a população originária do local, que passam a ser reposicionados como o lado mais fraco do ponto de vista do poder econômico.

O ponto de vista

A discussão levantada no decorrer do trabalho se faz possível à medida que estabelecemos uma visão crítica sobre o processo de urbanização da Amazônia, especificamente do caso de Santarém, e reconhecemos que as diferentes trajetórias desse processo se manifestam nas diversas camadas do território, correspondendo a diferentes momentos históricos.

Dois cenários seriam possíveis para Santarém a partir da compreensão contemporânea acerca da urbanização. O primeiro seria reconhecer que há um destino fatal, frente à todas as dinâmicas socioeconômicas que estão sendo impostas, e onde a conversão do padrão tradicional para o urbano industrial seria inevitável, com todos os percalços da condição periférica da região (HARVEY, 2016). O segundo seria o esforço de caracterizar a cidade a partir dos aspectos positivos, afirmando os potenciais locais capazes de subsidiar uma evolução mais positiva do urbano alinhado com as construções de urbano utopia que Monte-Mor (2015) e Lefebvre (1999) nos proporcionam em termos de posicionamento teórico.

A opção de apresentar de forma mais detalhada partes da trama que se desenrola no território advém da expectativa de fortalecimento da esperança de que um outro urbano seja possível nessa região, afirmando que se existe um lugar onde isso seria mais fácil de construir, seria aqui, pois da mesma forma que temos uma nova logística de uso da terra respondendo ao urbano extensivo, temos o padrão de

dispersão (que correspondeu a uma fase pré-industrial) respondendo como possibilidade de solução para uma fase pós-industrial.

A possibilidade de vislumbrar um futuro melhor se apresenta quando assumimos a utopia como horizonte, inspiradas no trabalho de Lefebvre e de outros filósofos que associaram a urbanização à possibilidades de emancipação das pessoas, e enxergamos que apesar da nossa condição periférica ter uma expressão bastante agressiva do capitalismo, há tanto enraizamento de experiências passadas completamente integradas à base biofísica da região que resistências importantes estão vivas e podem ser portadoras de soluções para o futuro, especialmente se combinadas com investigação comprometida com o respeito à diversidade de formas de vida e de grupos sociais que vivem na Amazônia.

Objetivos

Geral: Caracterizar Santarém como o espaço composto por camadas, que respondem à lógicas diversas e que quando superpostas geram uma diversidade característica da forma como urbano, rural e floresta se entrelaçam na região.

Específicos:

1. Explicar como se constituiu um novo espaço metropolitano em Santarém a partir da superposição do urbano sobre o rural.
2. Apresentar como a superposição de matrizes de colonização e as práticas contemporâneas de urbanização coexistem nesse território e se organizam como um mosaico na cidade e na área de influência.
3. Caracterizar uma comunidade tradicional buscando revelar como seu modo de vida e suas formas de apropriação do espaço são portadores de lições positivas para a estruturação do espaço periurbano.

A metodologia

A pesquisa se desenvolveu a partir de 4 etapas principais: construção do arcabouço teórico, viagens de campo (entrevistas e observação), análise de documentos oficiais, produção de cartografia e croquis de representação.

O arcabouço teórico foi construído a partir de uma série de diálogos e atividades realizadas com pesquisadores da UFMG, INPE, UNICAMP, UFPA, no âmbito do projeto UrbisAmazônia, que tinha por objetivo entender “qual a natureza do urbano contemporâneo na Amazônia”. Essa interação permitiu a construção de um referencial teórico capaz de abarcar o problema sob diversas escalas, da região (abordagens sobre Amazônia), nacional (contexto de urbanização brasileira), à global (grandes formulações teóricas sobre cidades).

Foram realizadas três viagens de campo (2014, 2016, 2017), e a cada viagem procuramos refinar o processo de pesquisa e coleta de informações. Na primeira viagem foram realizadas visitas nos três municípios que compõem a Região Metropolitana de Santarém (Santarém, Belterra, Mojuí dos Campos) para facilitar o entendimento do contexto geral em meio a um grupo de estudantes mais a minha orientadora. No segundo campo, em companhia da bolsista de PIBIC Kamila Oliveira, foi realizada uma pesquisa detalhada na área urbana da cidade de Santarém, onde foram estabelecidos recortes de cada tipo de morfologia da malha para observação da dinâmica de uso do espaço em cada contexto de inserção. E na terceira viagem, novamente em companhia da Kamila Oliveira, optamos por utilizar como método a microetnografia para caracterizar o modo de vida dos moradores da comunidade de São Brás para cotejamento com as entrevistas e observações já realizados. Nesse campo ficamos uma semana acompanhando a rotina de uma família de moradores da comunidade.

A etapa seguinte foi a análise de documentos coletados em campo e outros acessados posteriormente, como foi o caso do projeto de lei de criação da Região Metropolitana de Santarém, obtido na Assembleia Legislativa do Estado do Pará; o Plano Diretor da cidade de Santarém, acessado a partir do site da prefeitura; o Plano de Desenvolvimento e o Plano de Uso da Comunidade de São Brás, coletado junto ao Incra de Santarém; entre outros.

Por fim, foram elaboradas cartografias e esquemas, apoiados na transcrição de entrevistas e organização de fotos, com a finalidade de sintetizar as informações coletadas em campo e alcançar uma representação satisfatória, para comunicar através de imagens os resultados obtidos nas viagens.

A estrutura do trabalho

O trabalho está estruturado em três escalas de abordagem da cidade de Santarém, a metropolitana, a urbana (cidade) e a local (uma comunidade específica). Cada escala é retrata em um artigo que responde à um objetivo específico do trabalho.

O primeiro artigo “Santarém: um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações” trata da escala metropolitana e situa Santarém como um padrão de metrópole em formação incomum, onde a diversidade sociespacial encontrada se destaca respondendo a diferentes processos econômicos.

O segundo artigo “Santarém: o ponto de partida (ou retorno) para o urbano utopia” investiga a formação do espaço urbano da cidade a partir de uma recuperação histórica das matrizes de ocupação do território para revelar que o amálgama existente atualmente na cidade é fruto dessas trajetórias e portadores de qualidades que compõem um espaço resiliente se comparado a trajetória urbano industrial.

O terceiro artigo “Soluções do urbano-rural amazônico: o caso de uma comunidade periurbana em Santarém (PA)” aborda o caso específico da comunidade de São Brás, localizada em um assentamento agroextrativista próximo à cidade, para ilustrar a emergência de um novo urbano, capaz de articular o modo de vida tradicional, as demandas da cidade e apresentar uma forma de apropriação do território de maneira coletiva.

Dessa forma, a dissertação abrangeu aspectos da macro e da micro escala, revelando que apesar dos conflitos existentes em Santarém, o potencial de superação e promoção de um cenário mais positivo está presente tanto na escala local quanto no âmbito da nova Região Metropolitana.

Artigo publicado na revista Cadernos Metr pole

03/04/2018

Gmail - texto Cadernos Metr pole



Taynara Gomes <taynaragomes@gmail.com>

texto Cadernos Metr pole

Cadernos Metr pole <cadernosmetropole@outlook.com>

14 de novembro de 2017 16:46

Para: "taynaragomes@gmail.com" <taynaragomes@gmail.com>, Ana Claudia Duarte Cardoso <aclaudiacardoso@gmail.com>, HELDER SANTOS COELHO COELHO <helder.coelho@yahoo.com.br>, Kamila Diniz <kamiladinizoliveira@gmail.com>

Prezados Taynara, Ana Claudia, Helder e Kamila,

envio, anexo o pdf do texto já diagramado que será publicado na Cadernos Metr pole 40. Peço que confirmem e o devolvam até, no máximo, dia 16.

att., Raquel

 09_taynara.pdf
3124K

Santarém: um caso de espaço metropolitano sob múltiplas determinações

Resumo:

A Região Metropolitana de Santarém ilustra um padrão de metrópole em formação incomum, onde a diversidade socioespacial atende tanto ao perfil hegemônico metropolitano, quanto a origem amazônica ribeirinha. Este artigo expõe as coalizões criadas entre agentes econômicos do capitalismo global, elites locais e forças governamentais, e o quanto as novas correlações de forças favorecem os interesses do setor imobiliário, financeiro em detrimento da população local que historicamente tem sabido manejar seus espaços. A trajetória das sedes de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, quando contrapostas às centenas de assentamentos rurais, reafirmam as limitações da institucionalização oficial dessa região metropolitana, excluindo comunidades tradicionais e beneficiando grandes agentes capitalistas e desperdiçando potenciais de inovação em direção ao equilíbrio entre o meio urbano e o natural.

Palavras-Chave: Urbanização, Amazônia, Diversidade socioespacial, Região metropolitana, Santarém

Abstract

The Metropolitan Region of Santarém illustrates an unusual metropolitan pattern in which socio-spatial diversity meets both the metropolitan hegemonic profile and the Amazonian riverside origin. This article exposes the coalitions created between economic agents of global capitalism, local elites and public sector, and how the new correlation of forces favors real estate sector and financial interests, in detriment of local population that historically has been wise in the management of their spaces. The trajectory of Santarém, Belterra, and Mojuí municipality seats, when opposed to the hundreds of rural settlements, reaffirm the limitations of the official institutionalization of this metropolitan region, that excludes traditional communities and benefits large capitalist agents, wasting innovative potentials towards a better balance between the urban and the natural environment.

Key-word: Urbanization, Amazon, Socio-spatial diversity, Metropolitan region, Santarém

1. O problema da urbanização e metropolização industriais na floresta

Santarém é a cidade mais importante do Oeste Paraense, que teve sua fundação portuguesa há 355 anos, mas cujo sítio teria sido ocupado há mais de dez mil anos. O lugar abrigou civilizações portadoras de dinâmicas urbanas, cultura e organização social próprias e serviu de nó para redes que conectavam populações de diferentes territórios da Amazônia, segundo evidências já apresentadas por autores ligados aos campos da Ecologia Humana e Antropologia Biológica (NEVES, 1992). Registros de ocupações pré-cabralinas apresentados no trabalho da arqueóloga Anna Roosevelt (ROOSEVELT, 1992) - pinturas rupestres, artefatos cerâmicos, vestígios de organização espacial, além do manejo florestal e dos rios - são as evidências que dão suporte às estimativas de que a região tenha sido ocupada desde 11 mil anos, e seja reportada como uma das áreas de ocupação mais antiga de toda a América do Sul.

Apesar das frases de efeito usadas no material publicitário usado para justificar a forma como ocorreu a integração econômica da Amazônia ao Brasil durante o governo militar – tais como a famosa “Terra sem homens para homens sem-terra”- não teria havido efetivo vazio demográfico naquela região, mas sucessivas colonizações, sujeitas às ondas migratórias que modificaram as formas de ocupação do território e os modos de vida, e geraram híbridos sócio espaciais ainda pouco compreendidos, face à ignorância de tais entrelaçamentos. Após décadas de desqualificação dos povos originários pelas vertentes hegemônicas da arqueologia (LEITE, 2009) tornou-se mais fácil a conversão desse território à lógica capitalista e urbana-industrial².

Nessa perspectiva, a missão jesuítica estabelecida em 1661 metabolizou a estratégia de ocupação indígena e metamorfoseou a aldeia Tapajônica em vila portuguesa. Santarém foi elevada à categoria de vila em 1758, e cerca de um século depois se tornou cidade (1848). A localização estratégica no ponto médio entre Belém e Manaus explica a importância que essa cidade ribeirinha e portuária assumiu durante o período de exploração da borracha, entre 1850 e 1910, e sua capacidade de sustentar o papel de capital regional posteriormente. Isto ocorreu graças à intensa migração de nordestinos para a Amazônia em fuga das grandes secas de 1915 e 1942³ (ver figura 1), e à diversidade de produtos que alavancaram ciclos menores. Entre 1920 e 1960 o carro chefe foi a produção de juta nas várzeas próximas, e

² Adota-se aqui o eixo espaço temporal de urbanização da humanidade proposto por Henri Lefebvre, que situa o atual estágio da humanidade (urbano-industrial) como aquele que impõe a homogeneidade a hegemonia da técnica, da lei e do poder das elites. Além da dominação da natureza segundo a lógica do mercado (LEFEBVRE, 1999)

³ A Marcha para o Oeste conduzida pelo Estado Novo criou a figura dos “soldados da borracha”, dentro de acordos entre Brasil e EUA, que resultaram na adaptação dos migrantes sobreviventes ao bioma e assimilação das condições de vida dos povos nativos. (RICARDO, 1970).

entre 1950 e 1970 a exploração de ouro⁴ em garimpos que se estenderam até Itaituba e sustentaram as funções já consolidadas em Santarém. Mas de modo menos perceptível a ação do caboclo extrativista, camponês convertido ao extrativismo, dos índios urbanos e quilombolas foi subjacente à identidade cultural da região, baseada no manejo bem sucedido dos recursos naturais para o sustento da família, e não para acumulação⁵.

Figura 1 - Material de divulgação oficial utilizados durante o Estado Novo para atrair nordestinos para a Amazônia.



Fonte: <http://www.rondoniaovivo.com/noticia/soldados-da-borracha-a-propaganda-do-dip-e-o-pintor-suico-que-ajudou-a-persuadir-nordestinos-a-virem-para-a-amazonia/90534>

A partir de 1960 grandes obras de infraestrutura provocaram grandes mudanças, alterando radicalmente as condições de acesso e produção (implantação de aeroporto, rodovias, construção de hidrelétrica, porto, etc.) que culminaram na atual integração da região ao eixo de exportação e produção de soja. A visão geopolítica para a Amazônia, concebida no âmbito dos I e II Planos de Desenvolvimento Nacional na escala macro (global), tinha foco na produção extrativa mineral e na agricultura (TAVARES, 1986) e nenhum compromisso com as esferas de vida intermediária e cotidiana, intrínsecas para a compreensão do processo de urbanização em sua totalidade (LEFEBVRE, 2008).

⁴ Os pedidos de lavra de minerais valiosos já registrados no DNPM, inclusive o ouro, na região de Santarém indicam que há potencial de replicação de processos já ocorridos no nordeste e sudeste paraenses portadores de conflitos sócio ambientais, a saber: desmatamento da floresta, expulsão e empobrecimento da população rural, redução do regime de águas, implantação de agronegócio e extrativismo mineral, intensificação da urbanização.

⁵ Essa racionalidade é exposta na obra do economista Francisco Costa (COSTA, 2012) que diferencia as lógicas de produção camponesa (de base extrativista) e patronal (capitalista) na região.

O território amazônico teria sido integrado à matriz produtiva industrial, por meio de um processo de urbanização extensiva⁶, conforme descrito por Monte-Mor (1994) em suporte à política de substituição de importações do país, como uma espécie de “almoxarifado”. Sua população original (indígenas, ribeirinhos, caboclos, quilombolas, etc.) foi facilmente mantida invisível, uma vez que o controle do território por tais populações era feito pela posse e efetivo trabalho no território, enquanto as políticas federais pressupunham a propriedade privada da terra, e o incentivo à produção por meio de crédito bancário. A nova lógica era direcionada para a atração do capitalista pioneiro, oriundo do centro-sul, movido pelo sonho do enriquecimento rápido, graças à facilidade de acúmulo de terras, de exploração de madeira, e do crédito para pecuária (ver figura 2). Diferentemente do migrante nordestino, esse novo pioneiro contou com meios para introduzir suas próprias formas de produção na região, e não se adaptou às práticas anteriores. Aspectos sociológicos, econômicos e políticos que extrapolam o escopo desse artigo geraram uma nova elite, interessada na produção dirigida para o consumo das sociedades industriais.

Figura 2 - Material publicitário adotado pelo Governo Federal durante o Regime Militar para atrair “pioneiros” para a Amazônia.

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia. Com o auxílio e o incentivo da SUDAM. O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo terras para quem quiser participar desse empreendimento. A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro. Conheça agora: Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a diferença do seu imposto de renda num dos 400 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou ainda aproveite seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuario, ou de serviços). Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um futuro à sua espera. Aprenda, Faça, Enriqueça. Junto com o Brasil. Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

MINISTÉRIO DO INTERIOR
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUDAM

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

PROSPERE COM A AMAZÔNIA

APLIQUE 50% DO SEU IMPOSTO DE RENDA NUM BOM NEGÓCIO!

Pense num carro capaz de andar pela Transamazônica. Agora.

KW 1500

Em estrada pavimentada...
Com pneus de qualidade e...
Eu quero ver e andar agora...
para Transamazônica com...
barro por baixo, muita poeira...
sem oficina, sem manutenção...
de acidente, por isso a sua...
é a melhor opção e a mais...
segura.
Foi feito assim, sei, Forte, brabo, com torque para...
passe a vida.
Motor 1500 que não cansa...
de correr, nem de andar...
nem de viver.
Começa aqui.
É a mecânica e a garantia...
na Transamazônica da vida...
por isso mundo a fora.
São dois litros que...
combustível com o verde das...
rodas verdes. São...
do Brasil, o branco das...
rodas verdes. Você...
é a estrada da...
Transamazônica. É o...
seu carro capaz de andar...
na Transamazônica hoje.

Fonte: <http://candidoneto.blogspot.com.br/2009/04/cheга-de-lendas-vamos-faturar.html>

Contudo, todas as transformações nas condições de produção não resultaram no assalariamento ou na universalização do acesso da população local à renda, gerando na prática superposições e conflitos entre visões e formas de relacionamento com o território e com a natureza. Em um extremo emergiu o interesse pelo fortalecimento das funções da

⁶ Definida como “uma urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – [que] representa, assim, a forma sócioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até - e cada vez mais - às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros” (MONTE-MÓR, 1994, p. 171).

cidade e da reestruturação do espaço regional, e de criação de uma nova Região Metropolitana, para exercer papéis típicos das antigas metrópoles - o controle econômico da sua área de influência, a difusão de novos valores (urbano-industriais) na sociedade local, e a articulação como centros de comando localizados em outras regiões do país ou internacionais - que via de regra demandam produtos que dependem do controle, destruição ou exaustão da natureza. No outro extremo é visível a resistência da população “invisível”, que mantém suas formas de vida e sustenta traços de identidade importantes, traduzidos em arranjos produtivos e em alternativas de viver, produzir e preservar historicamente bem sucedidas, mas que dependem da natureza viva.

Contra esse pano de fundo, este artigo espera tecer considerações sobre o significado da criação da Região Metropolitana de Santarém, e o surgimento de um novo padrão de metrópole, herdeira da logística e dos dividendos da exportação de *commodities*, paraíso da acumulação primitiva para o setor imobiliário articulado globalmente, mas palco de profundas desigualdades, violências e conflitos contra a população que sempre soube como usufruir e preservar seus tesouros. Espera-se com esse debate discutir alternativas para a cidade amazônica, aproveitando a literatura que aborda cidades boas para se viver nos países centrais, e expor o imperativo da interdisciplinaridade e do compromisso com a totalidade da vida, para a produção dessa e de outras regiões metropolitanas periféricas, em pleno século XXI.

2. A metrópole do século XX versus a metrópole do século XXI

A metrópole foi estabelecida como padrão de urbano e de cidade durante o século XX. Neste século, as grandes metrópoles foram associadas ao processo de industrialização, gerador de aglomeração urbana e de precariedade social e de infraestrutura no ambiente intraurbano. O caos social das cidades industriais do século XIX foi enfrentado na virada do século XX por meio das intervenções higienistas, provisão de habitação e melhoria de mobilidade. O espaço construído foi gradativamente adaptado para facilitar a produção capitalista e a exploração da força de trabalho da população (HALL, 1995). Em sua narrativa da história do planejamento urbano, Hall (1995) relata as lutas por melhores condições de vida no início do século XX em cidades americanas e europeias, e destaca que a ação oficial ocorreu em três frentes prioritárias – o enfrentamento dos problemas sociais, de saúde pública e da precariedade física. Até 1920 os países centrais teriam resolvido os problemas de cunho social e de saúde pública, por meio de obras de saneamento e de instituições que estabilizaram as condições sociais, minimizando assim os danos causados pela revolução industrial no contexto das cidades. Após essa etapa, emergiu o foco da estética urbana, e da qualidade da paisagem, tão importante nas fases recentes do capitalismo. As tecnologias de

informações e de transporte impulsionaram a internacionalização, e a diferenciação da experiência cotidiana dos grupos sociais pobres e ricos (CASTELLS, 1999). As novas práticas de flexibilização do planejamento pós 1970 favoreceram a superposição de estruturas privadas voltadas para o consumo (espaços de serviços) sobre os velhos espaços democráticos e públicos, e nas primeiras décadas do século XXI buscam-se solução para os diversos problemas da urbanização por subúrbios monofuncionais e para o distanciamento da natureza em manchas urbanas que artificializaram ou poluíram seus sítios, sob a égide da sustentabilidade (HALL, 1995, MARTINEZ, 2012).

No Brasil a metrópole antecedeu a indústria. Em função da inserção periférica do Brasil na divisão social do trabalho, o sentido de urbano e cidade tem sido diferente para os brasileiros do que tem sido para os europeus e norte-americanos. No Brasil a cidade sempre foi um ponto de controle do Estado, para cobrança de impostos e garantia de soberania, e não contou com os estágios experimentados pela cidade europeia, de lócus de ascensão da burguesia contra a aristocracia absolutista, especialmente após a industrialização.

Salvador e Rio de Janeiro são exemplos de cidades consolidadas antes da indústria se estabelecer no país. São Paulo foi a primeira cidade a se beneficiar da industrialização, e ao conseguir associar poder econômico e político assumiu o controle desse processo no país, e desde que se tornou uma cidade global posicionou as demais cidades brasileiras (e suas áreas de influência) como suas periferias, manifestação no país do fenômeno descrito por Sassen (1988).

As cidades amazônicas que cresceram a partir dos grandes projetos e da política de integração nacional se consolidaram em uma fase da evolução capitalista que prescinde da estruturação das metrópoles clássicas, mas gera aglomerações e processos de periferização, sem a contrapartida da estruturação do espaço de produção e de reprodução da vida. Os problemas da moradia, do saneamento e da mobilidade ainda não foram sequer compreendidos de modo compatível com as demandas sociais e ambientais existentes.

O padrão de urbanização hegemônico brasileiro segue reproduzindo uma trajetória defasada do modo de pensar a cidade, baseada ainda nas práticas do século XX. Segue a agenda dos processos especulativos, na mobilidade baseada no veículo motorizado individual, na verticalização, nas demandas da financeirização por introdução de tipologias homogeneizantes tais como o shopping center, os projetos de orla e a canalização dos rios urbanos.

Nas cidades amazônicas, esse padrão de urbanização revela-se cada vez mais excludente, baseado em um discurso de “cidade oficial” que nunca existiu na região. Tais importações de tipologias e padrões do chamado “primeiro mundo” são reproduzidas em uma pequena parcela da cidade para o atendimento de grupos sociais específicos (migrantes e elites locais) e consomem os poucos recursos públicos disponíveis, muitas vezes eliminando

recursos que são do interesse da maioria da população, que sabe como viver na região mesmo à margem do sistema capitalista. Ao eliminar a floresta, contaminar as águas, privatizar as orlas, o “planejamento” homogeneizante gera desigualdades e conflitos. Esse padrão de urbanização, que segundo Maricato (2001) e Milton Santos (2013) é incompleto e excludente, se reproduz, e desterritorializa habitantes urbanos, periurbanos⁷ e rurais, substituindo-os pelo investidor, pelo turista ou pelo próspero morador de final de semana.

Tal gentrificação faz com que a questão habitacional do excluído seja resolvida a partir da ocupação improvisada de áreas de risco (em Santarém, áreas de várzeas e áreas inundáveis) e a combinação de adensamento, falta de saneamento e serviços de infraestrutura básica se tornem habituais. Desde os anos 1980, esse quadro extrapolou o universo das grandes cidades da costa litorânea e passou a se manifestar nas cidades que desempenham funções de relevância regional como é o caso de Santarém.

Contudo, os princípios urbanísticos disseminados pela metrópole do século XX priorizam aspectos econômicos na modelagem do espaço e homogeneizam valores culturais, assemelhando em certa medida as metrópoles americanas, europeias, asiáticas e latino-americanas. A associação da metrópole com a prosperidade no século XX tornou-a *locus* da sociedade industrial e lugar da vida moderna. Na origem, ofereceu condições territoriais para a instalação da grande indústria, organização de um mercado consumidor e alojamento de uma nova classe – a classe trabalhadora. Após as transformações recentes do capitalismo, a metrópole teve sua própria produção transformada em estratégia de reprodução do capital, ampliando o consumo de terras em processos de expansão urbana especulativos e implodindo as áreas já consolidadas, repaginadas para atenderem ao léxico urbanístico contemporâneo (CARLOS, 2015).

Seguindo esse “impulso renovador” e o desejo cada vez maior de modernização, a metrópole do século XX surge como a materialização desses novos padrões e beneficia-se da urbanização da sociedade, e nas novas formas de produção, distribuição, relações sociais e consumo. O século XX foi marcado pela crescente concentração de pessoas nas cidades, um constante aumento no índice de consumo e pela generalização do uso do automóvel. Outro fator característico dessa concepção de cidade foi uma urbanização responsiva à indústria, que assumiu a natureza como um produto a ser consumido (HARVEY, 2016).

O progressivo questionamento dessas práticas nos países do Norte Global, ou da produção da cidade para produção, consumo e lucro tem tensionado esse paradigma e indicado a necessidade de uma nova agenda para as cidades. A dimensão humana e coletiva passou a ser valorizada; conceitos como cidade viva, sustentável, saudável passaram a fazer

⁷ O ambiente periurbano é compreendido como uma zona transicional, ou zona de interação, onde atividades urbanas e rurais estão justapostas, e características da paisagem estão sujeitas a rápida mudança, levando a transformações nos sistemas hidrológicos, ecológico, geomorfológico e socioeconômico, sendo frequentemente negligenciadas tanto pelas administrações rurais como urbanas (DOUGLAS, 2006, P.18).

parte do repertório das novas intervenções. Nesses países a qualidade urbana tornou-se prioridade, como demonstram as experiências recentes de Copenhague ou Madri, ou o debate sobre Urban Design Codes, cidades compactas ou cidades criativas por todo o Norte Global (HAAS et al., 2012). Na França, podemos destacar o surgimento de formas de gestão ambiental que incluem a *Trame Verte et Bleu* que busca articular espaços verdes de todo tipo às bacias hidrográficas de forma integrada com a malha urbana, malhas utilizadas para garantir saneamento, recuperação de solo, ar e água (MENERAULT, 2014; EUCLIDES, 2016) e preservação de identidade cultural.

Aspectos da cidade do capital foram, mesmo que aos poucos, colocados em cheque. No século XXI, no contexto do Norte Global, entende-se que, além de atender as demandas do mercado, as cidades precisam atender as necessidades plurais dos seus moradores. Neste sentido, modos de vida alternativos ao urbano industrial, que não dependem da lógica espoliativa das relações de trabalho, começam a ter mais visibilidade. E precisamente neste ponto o que elites locais consideram atraso em Santarém, revela-se como potencial de vanguarda. As comunidades existentes na área de expansão de Santarém, que são detentoras dos seus meios de produção e cuja terra é objeto de gestão coletiva, se destacam pelo compromisso de garantir a reprodução coletiva da vida, ao invés de maximizar a produção.

Apesar do sistema capitalista industrial ter se tornado hegemônico nas cidades brasileiras no século XX, ainda que segundo uma lógica periférica, ele não foi capaz de converter completamente as cidades amazônicas, em que pese o fato da floresta já ser urbanizada desde a década de 1990 (BECKER, 1998). Face aos arranjos existentes, neste contexto ainda há potencial para criação de uma trajetória diferente de cidade. As manifestações dos mesmos processos de periferização e exclusão em Santarém convivem com arranjos socioespaciais remanescentes de outros períodos, graças à força dos movimentos sociais rurais, apoiados por organizações não governamentais e por setores do Governo Federal comprometidos com a preservação ambiental – caso dos assentamentos agroextrativistas, reservas extrativistas, e outras modalidades de assentamentos rurais implantados na região - que definem institucionalidades que garantiram a permanência de grupos originais em áreas periurbanas por décadas após a integração econômica e espacial da região, mas que agora são reclamadas pela especulação imobiliária. (EMATER, 2011; FAMCEEF, 2007).

A co-existência de modos de vida e práticas tradicionais com as intervenções modernizadoras indica que ainda há tempo para que as pequenas e médias cidades da região se beneficiem dos acertos e erros praticados nas cidades do mundo, especialmente em um contexto de mudanças climáticas e de reconhecimento da importância de valores/ saberes

ambientais e sociais (que na região são milenares), recuperando o repertório endógeno e desenvolvendo novas formas de gestão territorial.

Observa-se que a riqueza de sócio biodiversidade da região é inversamente proporcional às limitações institucionais e econômicas existentes, demandando regras inovadoras para a gestão das cidades e dos territórios urbanos, periurbanos e rurais, todos completamente afetados pela ordem distante. Neste sentido, se por um lado Santarém é exemplo de grande potencial de aderência às premissas contemporâneas para as cidades do século XXI, graças à diversidade de atributos espaciais, recursos naturais, sociodiversidade e qualidades ambientais, compatíveis com o que vem sendo perseguido nos países centrais em resposta à demanda por qualidade de vida urbana, por outro lado observa-se que todas as iniciativas indicam precisamente a direção contrária, com tendência de destruição da diversidade social e dos recursos ambientais por processos especulativos comandados por outras regiões e por outros países. É cada vez maior a pressão das elites locais articuladas com interesses externos pela reprodução das fórmulas difundidas no século anterior, e homogeneização do território voltado para produção e consumo.

3. Os espaços instrumentais da acumulação: da metrópole à cidade média

O processo de urbanização se intensificou no Brasil nos anos 1970. Na virada da década de 1960 para a de 1970, 55,9% da população do país era urbana; percentual que na região Sudeste já alcançava os 72,7% da população. Os fenômenos de conurbação e aglomeração urbana, e o recorrente transbordamento de problemas das cidades polo (via de regra, capitais) para suas periferias levou o governo a instituir as primeiras regiões metropolitanas do país através da do parágrafo 10 do Art. 157, da Constituição de 1967 (GARSON, 2009). Nessa fase o padrão de acumulação baseado na industrialização demandava a aglomeração ora institucionalizada nas Regiões Metropolitanas.

A partir de então o planejamento e a administração de obras e serviços de interesse comum (saneamento básico, transportes, sistema viário e recursos hídricos) ficariam a cargo de uma entidade metropolitana, organizada pelo Governo Estadual e dirigida por um conselho metropolitano e por uma diretoria executiva, que face ao contexto autoritário (prefeitos indicados, ausência de participação popular) privilegiavam a adaptação das cidades às novas funções de produção. Tal sistemática foi alterada pela Constituição de 1988, que delegou aos estados a responsabilidade pela criação das regiões metropolitanas sem a contrapartida de oferta de mecanismos institucionais que permitissem construir esquemas de governança para uma nova gestão metropolitana (GARSON, 2009). As alterações no padrão de acumulação capitalista, com o declínio da indústria e o retorno às atividades primário-exportadoras

(agronegócio, extrativismo mineral) reduziu a importância das grandes aglomerações desde então.

Neste sentido, Costa e Tsukumo (2013) explicam que para entender o processo de metropolização brasileiro há necessidade de se distinguir metrópole de região metropolitana. Os autores definem metrópole como um processo socioespacial e de conformação do espaço que é percebido como comum por uma população que compartilha recursos, infraestrutura, serviços e possibilidades (p.327); e região metropolitana como a instituição de ordem jurídico-institucional, que pode tratar, intervir ou gerir esta nova territorialidade, a qual pode ou não, integral ou parcialmente, corresponder a um espaço metropolitano resultante de um processo socioespacial (CASTELLO BRANCO et al, 2013).

A partir da mudança constitucional de 1988 houve uma separação progressiva entre esses dois fenômenos – as metrópoles e as regiões metropolitanas (RMs) - propiciando grandes questionamentos sobre os critérios para a instituição dessas regiões, que atualmente somam mais de 50 no Brasil, enquanto que os espaços de fato metropolitanos não acompanham esse mesmo crescimento. Tal fenômeno coloca em cheque o próprio sentido da necessidade dessa institucionalização (COSTA E TSUKUMO, 2013).

A dificuldade de compreensão imediata dos processos econômicos levou estados e municípios a crerem que a instituição de regiões metropolitanas seria uma alavanca de desenvolvimento, já que a partir dessa institucionalidade os municípios se tornavam elegíveis para receber investimentos federais diferenciados. A tendência de desarticulação entre aspectos jurídicos e processos econômicos pode ser observada claramente na divergência de critérios para criação de RMs detectadas por estudos do final dos anos 1960, prévios à Lei complementar nº14/1973, e em 2013, prévios à Lei nº13.089/2015, chamada de Estatuto da Metrópole, exposta no quadro 1, que mostra que os parâmetros de movimento pendular, percentual de população ocupada na indústria e indicadores de comunicação entre os municípios polo e periféricos já não são relevantes.

Quadro 1 - Critérios de delimitação de regiões metropolitanas propostos por Galvão *et al.* (1969) e por IPEA (2013).

DIMENSÃO	ESTUDO DE GALVÃO ET AL. (1969)	ESTUDO DO IPEA (2013)
Demográfica	1. População municipal de pelo menos 400 mil habitantes	Mantido
	2. Densidade do distrito sede de pelo menos 500 hab./km ²	Mantido
	3. Densidade municipal de pelo menos 60 hab./km ²	Mantido
	4. Variação da população do decênio anterior deve ser de no mínimo 45%, no município ou em um distrito contíguo.	Descartado

Estrutural	1. Pelo menos 10% da população potencialmente ativa do município ocupada em atividades industriais	Pelo menos 70% da sua população ocupada em atividades urbanas
	2. No caso dos chamados núcleos “dormitórios” esta porcentagem é substituída por um índice de movimento pendular, igual ou superior a 20% da população, deslocando-se diariamente para qualquer município da área	Descartado
	3. Quando o valor da produção industrial municipal for três vezes maior que o da agrícola.	Descartado
Integração	1. Pelo menos 10% da população municipal total deslocando-se diariamente, em viagens intermunicipais, para qualquer município da área (considerando fluxos de entrada e de saída do município).	Mantido
	2. Quando tiver um índice de ligações telefônicas para a cidade central superior a oitenta, por aparelho, durante um ano.	Descartado por indisponibilidade de dados

Elaboração: Autores, 2017.

A metrópole consagrada como expressão máxima da fase industrial pressupunha a concentração de oportunidades de emprego e de acesso a serviços em um único centro, contudo, com a tendência das cidades reelaborarem suas estratégias de controle do território no sentido de transcenderem o espaço, tem ocorrido uma redução da importância do espaço metropolitano e emergência de uma demanda por novos padrões de urbanização mais funcionais aos novos padrões de acumulação capitalista.

A esse respeito, desde o final dos anos 1980 estaria em curso a transição do padrão industrial para o primário-exportador, período em que a economia do país passou a depender da exportação de *commodities* – grãos, carne, minério, e as formas de apropriação do território tendem a mudar com a emergência das cidades médias como espaços especializados para a operação dessas “novas” atividades econômicas. O quadro 2 recorre a um recorte temporal que alcança uma fase primária exportadora anterior (da colonização regional ocorrida dentro do boom da borracha) para mostrar esquematicamente como esse processo se aplica ao espaço regional de Santarém.

Quadro 2 – Mudanças decorrentes da transição do padrão de acumulação na região de Santarém e seus impactos no território e rede urbana.

Padrão de acumulação	Mercantil	Industrial	Primário–exportador
Base econômica	Extrativismo	Indústria	Extrativismo
Negócio	Borracha, Juta, Ouro	Infraestrutura logística	Agronegócio
Padrão de ocupação	Dispersão	Aglomeração	Dispersão
Principal apoio na rede urbana	Cidade primaz (rede dendrítica)	Metrópole	Cidades Médias

Elaboração: Autores, 2017.

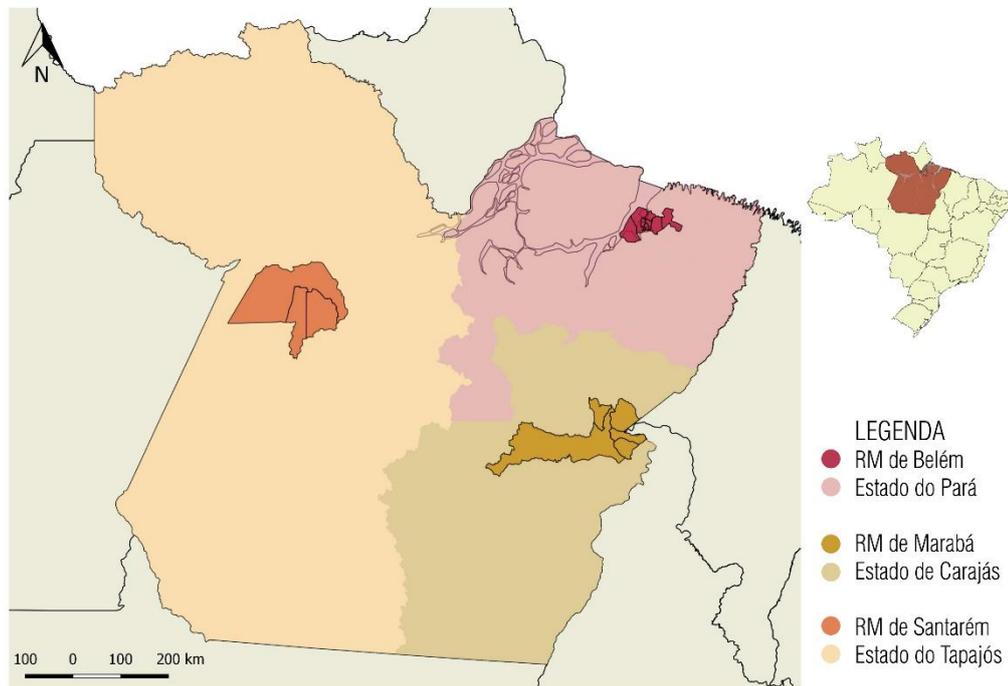
O primeiro ciclo de economia primário-exportadora correspondia a um padrão de acumulação do capital mercantil, e apoiava-se em uma rede urbana dendrítica, na qual Belém

polarizava toda a região e concentrava os excedentes, a política e as elites da região e as demais cidades eram mantidas pequenas e dependentes do extrativismo local. A chegada do urbano industrial na região criou ilhas de modernidade articuladas internamente pelos projetos de integração nacional. Nesse novo padrão foi constituído uma rede urbana com mais níveis hierárquicos, mas que consolidam as antigas cidades primazes como as metrópoles amazônicas a partir dos anos 1970.

As mudanças no padrão de acumulação ocorridas durante os anos 1990 levaram a novas mudanças territoriais. A perda de indústrias e retorno à uma nova versão de economia primário-exportadora, não mais mercantil, mas conduzida por capital na sua forma industrial. Esse novo padrão primário-exportador não tem mais a necessidade de concentrar serviços e pessoas, e destaca as cidades médias como novo *locus* da vida urbana. Essa nova urbanização extensiva integrou lugares desconectados espacialmente, transformando as cidades coloniais de matriz ribeirinha nos pontos de apoio imediato das novas atividades exportadoras.

Após anos de intervenções e políticas de colonização, novas identidades foram construídas, majoritariamente a partir do poder hegemônico de oligarquias que se apropriaram das oportunidades de modernização para se reinventar. Décadas de grandes investimentos em infraestrutura logística próxima a cidades ribeirinhas as transformou em polos regionais (casos de Santarém, Marabá, Tucuruí, Altamira, etc.) e gerou a expectativa de subdivisão do território estadual e de criação de novas Regiões Metropolitanas nas cidades que seriam as capitais desses novos estados, conforme pode ser observado na figura 3. Observe-se que tal proposta não foi aprovada em plebiscito estadual realizado em 2011, por fatores que extrapolam o escopo deste artigo.

Figura 3 - Proposta de divisão do Estado do Pará e de criação de novas Regiões Metropolitanas nas cidades que seriam as novas capitais estaduais.



Elaboração: Autores, 2017

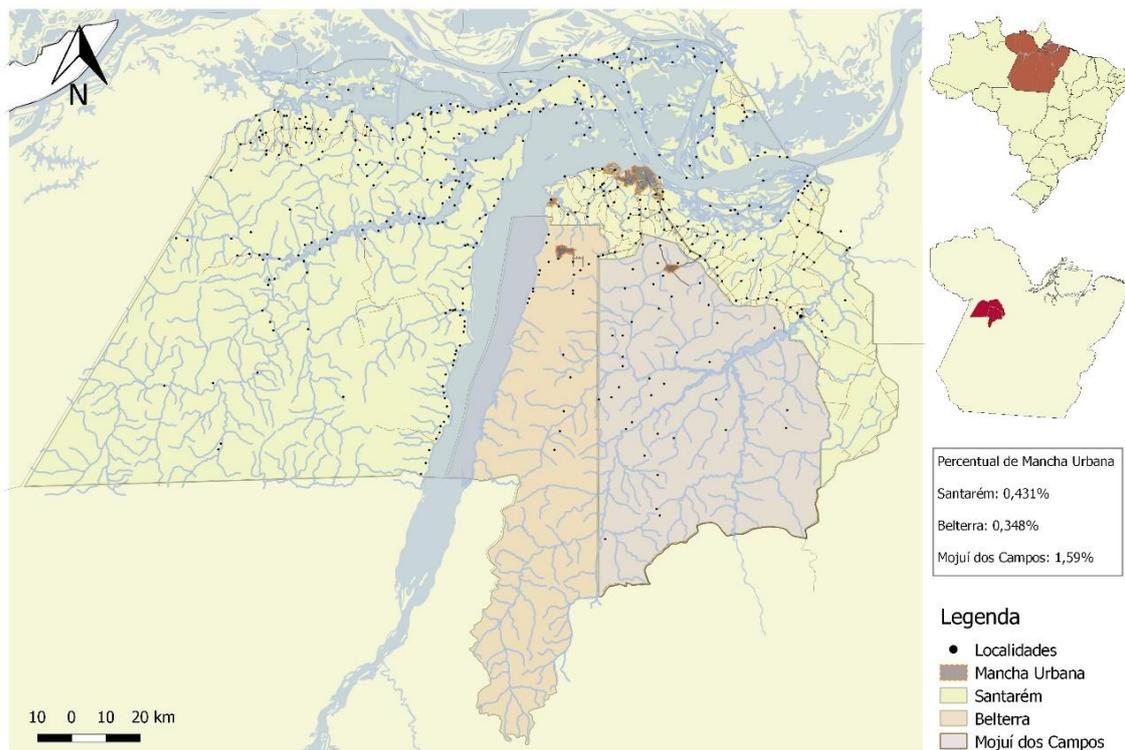
A institucionalização desse novo tipo de RM tem sido possível graças às mudanças no padrão de acumulação, mas aparenta alimentar uma expectativa de reestabelecimento das antigas funções que a metrópole exercia na década de 1970. São comuns as tentativas de atração de plantas industriais para Santarém (beneficiamento de óleo de soja) e Marabá (siderúrgica) com negligência aos impactos sócio-ambientais das propostas analisadas, ou com as diferenças no potencial de geração de empregos que indústrias sob composições orgânicas do capital que prioriza o investimento massivo em equipamento oferecem em relação ao volume de empregos gerados nas metrópoles brasileiras dos anos 1970. Na nova versão as atividades industriais desterritorializam população sem oferecer a possibilidade real de integração às novas dinâmicas econômicas.

Dito de outra forma, não há vínculo entre ocupação industrial, conurbação ou padrão de distribuição populacional condizente com metropolização, mas há expectativa de ampliação de mancha urbana, e de alavancagem de desenvolvimento a partir da constituição das RMs, considerando os incentivos que foram dados aos polos nacionais e regionais constituídos nos anos 1970. As primeiras RMs receberam incentivos de fato ao mesmo tempo em que estabeleceram seu domínio na rede de cidades do país e assumiram a liderança no desenvolvimento econômico brasileiro, em diálogo com o que foi proposto no IIPND (Plano Nacional de Desenvolvimento) (CASTELLO BRANCO et al, 2013).

4. A trajetória do território da Região Metropolitana de Santarém

Como a economia da cidade sempre foi movida a partir do extrativismo de diversos ciclos de produtos, a ocupação do território manteve o padrão de dispersão, praticado desde fases pré-cabralinas, conforme indicam os estudos arqueológicos citados na introdução deste texto, e incorporado pelos portugueses por ocasião da implantação de vilas e missões religiosas na região. As derivações contemporâneas dessa distribuição histórica de população podem ser observado na figura 4, que contrapõe as localidades (vilas e comunidades), manchas urbanas das sedes municipais, extensão dos municípios e indicação da hidrografia, de modo a explicitar a determinação histórica de localização dos assentamentos humanos pelos rios. A abundante biodiversidade da Amazônia teria dado suporte para modos de vida harmônicos com a natureza, sociedades (indígenas, quilombolas e outras) que conseguirem se estabelecer a produção e a reprodução da vida a partir do manejo de recursos fornecidos pela natureza (extrativismo, pesca, caça, agricultura, abastecimento de água, uso da madeira para produção de casas e embarcações, etc.).

Figura 4 - Região Metropolitana de Santarém: localidades versus manchas urbanas.



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2017; Sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém (STTR), 2016. Elaboração: Autores, 2017.

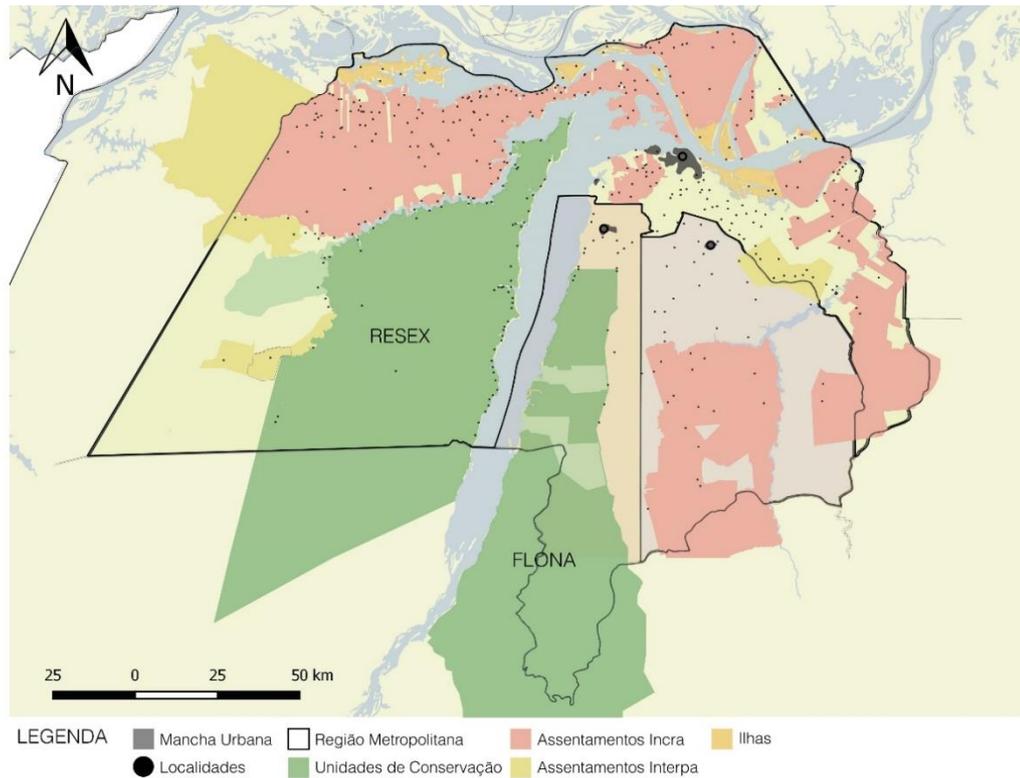
A implantação do modo de produção capitalista rompeu o vínculo entre homem e natureza, e fez com que esta última deixasse de ser vista como suporte à subsistência da população e passasse a integrar o conjunto de meios de produção daquele sistema. A

chegada da infraestrutura logística e de novos atores sociais levou a significativas mudanças socioeconômicas, políticas e tecnológicas, de forte viés colonizador, desta vez pelos brasileiros oriundos de outras regiões, e gerou uma tensão entre as duas racionalidades superpostas – a modernizante e a tradicional. A ação coordenada entre Governo Federal e setor privado resultou em imposições do mercado que aproveitaram a fraca ação governamental nas esferas da vida intermediária e cotidiana e atuaram de modo seletivo nas cidades e no meio rural, visando máximo atendimento dos interesses econômicos (com fraca capacidade de regulação, planejamento e investimento públicos), e nenhum respeito aos mecanismos e estratégias territoriais já existentes. A visão colonizadora foi seletiva e priorizou as conversões necessárias para atender a ordem distante, a princípio estabelecida a partir do centro sul do país, e após os anos 1990, década de privatizações, deslocada para os grandes centros globais, demandantes das *commodities* que passaram a ser produzidas na região.

Neste âmbito prevaleceu a violência, e o poder político e econômico, o que levou a reações conservacionistas desdobradas na política ambiental brasileira, mas que foram igualmente incapazes de compreender o relacionamento entre sociedade e natureza praticado ancestralmente na região, ao se pautarem em uma concepção de preservação baseada na delimitação de áreas intocáveis por um lado, e liberação de todo o restante para exploração. Essa concepção de preservação também negou o modo de vida tradicional, e impôs paradigmas metropolitanos de visão da natureza (como algo externo à vida ou como reserva de valor para exploração futura).

Décadas de atuação do movimento social e de organizações não governamentais promoveram inovações na política ambiental capazes de mediar os interesses das duas racionalidades. A aproximação de abordagens sócio ambientais permitiu a proposição de formas de assentamentos rural diferenciadas na região (assentamento agroextrativista, reserva extrativista, assentamento comunitário, entre outros) implantados pelo Governo Federal (por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra) e pelo Governo Estadual (por meio do Instituto Estadual de Terras - Iterpa), graças ao reconhecimento de que o impacto do manejo de populações tradicionais é muito menor do que sua contribuição para a preservação de rios e florestas. Isso resultou na formação de um mosaico de áreas protegidas e tipologias de assentamento rural nos municípios em questão (Belterra e Mojuí foram emancipados de Santarém em 1997 e 2010 respectivamente, motivados pelas transformações desencadeadas pela implantação da BR 163 e da Hidrelétrica Curuá-Una) que atualmente ocupa mais de 50% do território metropolitano (ver figura 5).

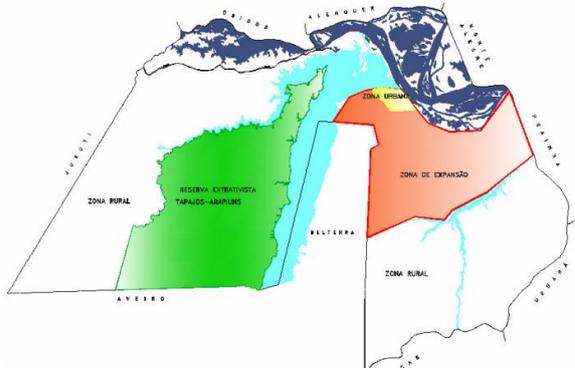
Figura 5 - Arranjos institucionais que asseguram modos de vida tradicionais



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2017; Sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém (STTR), 2016. Elaboração: Autores, 2017.

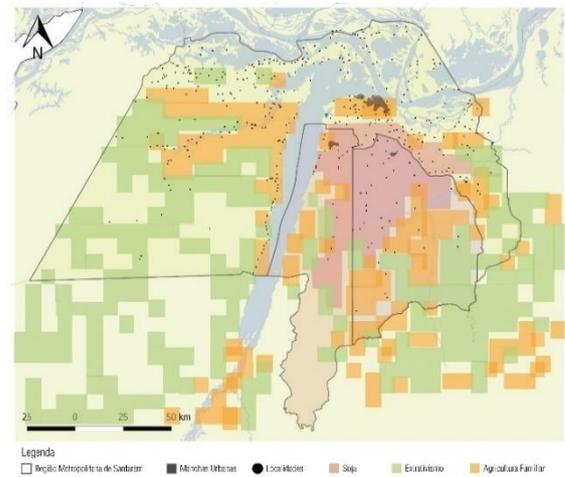
Contudo, desde a elaboração do Plano Diretor de Santarém em 2006, houve a definição de uma área de expansão urbana que alcançava a cidade de Belterra e o núcleo urbano de Mojuí dos Campos, definindo um raio de cerca de 30 km a partir do centro de Santarém (ver figura 6). Esse espaço que era ocupado por produção familiar e passou a ser disputado pela monocultura da soja, conforme pode ser observado na figura 7, e contém um próspero assentamento agroextrativista (Assentamento Eixo Forte), que sofre pressão por parte da elite local para ser extinto, em função da disputa da sua localização pelo segmento imobiliário que passou a atuar recentemente em Santarém, que cobiça as terras localizadas entre Santarém e a famosa Vila de Alter do Chão, e as vistas das paisagens exuberantes do Rio Tapajós (ver quadro 3).

Figura 6 - Mapa de zona de expansão urbana do Plano Diretor de Santarém.



Fonte: Prefeitura Municipal de Santarém, 2006

Figura 7 - Dinâmicas econômicas na RM de Santarém: Extrativismo, agricultura familiar e monocultura da soja.



Fonte: IBGE, 2010; Google Earth, 2017; STTR, 2016; SOUZA, 2016. Elaboração: Autores, 2017.

Quadro 3 - Modos de vida Comunidade de São Brás (acima) e Vila de Alter do Chão (abaixo).



Elaboração: Autores, 2017.

A introdução da monocultura da soja nos anos 2000 e da produção imobiliária nos anos 2010 ressignificou o padrão tradicional de ocupação territorial, através da captura das antigas vilas por novos usos e formas de viver. A articulação dos pequenos núcleos por estradas permitiu a estratificação do espaço em gradientes de periferia urbana ou ocupação rural, que dependem do ponto de vista do observador. O migrante motorizado habituado às grandes distâncias passou a ocupar as vilas e cidades menores, constituiu novos assentamentos

(loteamentos de renda superior à média da população) autosegregados⁸ e agora migra para os novos empreendimentos imobiliários verticais construídos no centro da cidade de Santarém, ou para novos loteamentos localizados na estrada do acesso ao aeroporto.

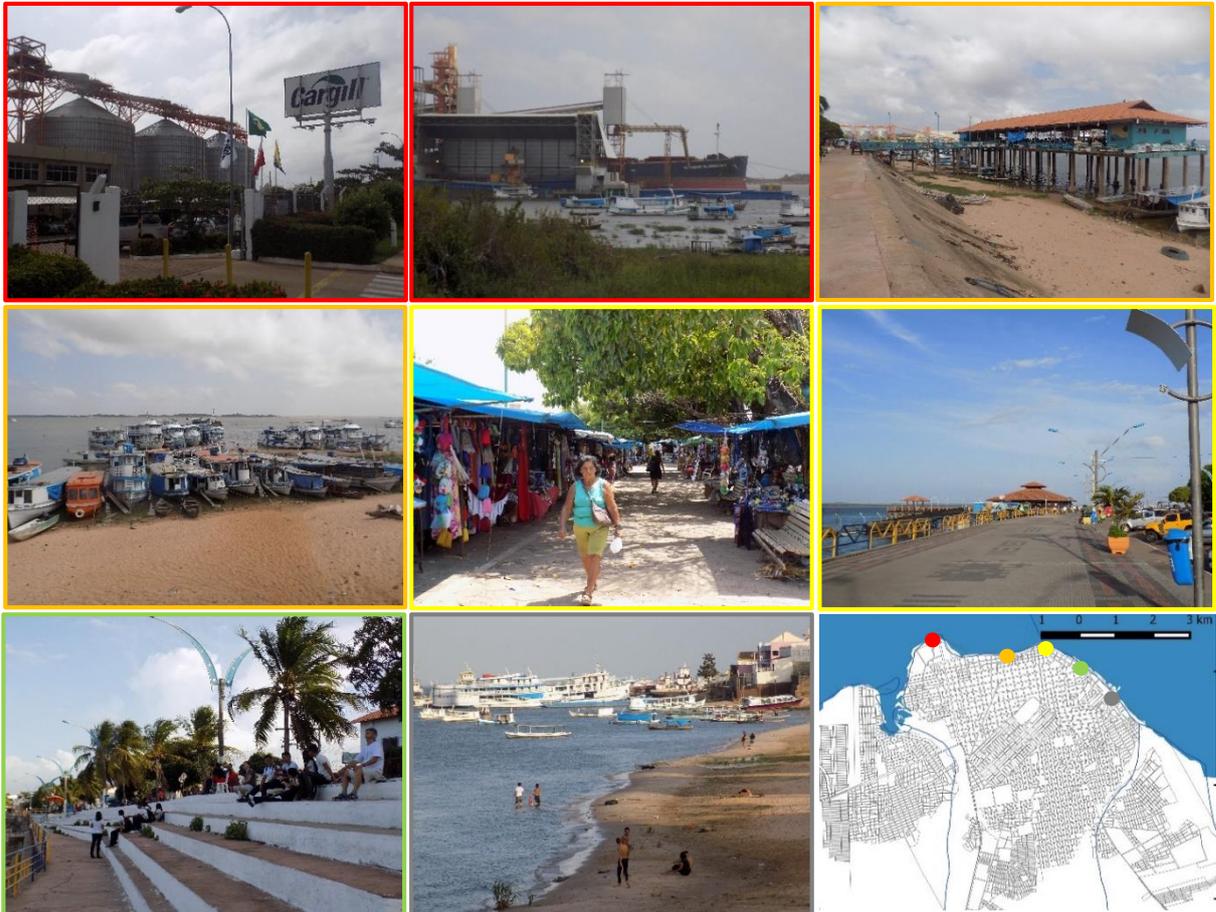
A produção de soja forçou o desmantelamento de comunidades rurais e a extinção de rotas de transporte público que atendiam aos pequenos produtores, inviabilizando a região para o antigo morador e facilitando a sua apropriação por novos usos e tipologias. Esse processo de explosão e dispersão de usos urbanos pelo território, manifesta o fenômeno da urbanização extensiva (MONTE-MOR, 2015), com destaque para a vinculação ao modo de vida urbano pelo consumo, também acompanhado pela implosão dos espaços consolidados (seja no centro urbano ou nas vilas). As transformações em curso nas duas sedes dos municípios que constituem a periferia metropolitana: Belterra – núcleo urbano construído para apoiar a produção de borracha sob iniciativa de Henri Ford, com ruas originalmente distantes de três em três quilômetro, e tipologia de edificações tipicamente norte-americanas, e Mojuí dos Campos, assentamento carente de todas as infraestruturas, e inserido na miríade de assentamentos rurais reconhecidos pelo principal movimento social da região (como o Sindicato de Trabalhadores Rurais). A espacialidade das formas de uso e ocupação do território revelam as mais diversas estratégias, praticadas pelos também diversos agentes produtores do espaço urbano, que buscam a partir das condições concretas defender seus interesses. A paisagem torna-se o resultado dessas múltiplas determinações, e revela a sobreposição de manifestações da mundialização aos caminhos naturais e sociais que guardam dimensões e sentidos traçados em outras épocas (ver quadro 4).

O reduzido território coberto pelas manchas urbanas de Santarém, Belterra e Mojuí, quando contraposto às centenas de assentamentos rurais, herdeiros de comunidades tradicionais, indica o ainda frágil protagonismo urbano-industrial, viabilizado pela conexão criada pela infraestrutura logística da região aos circuitos globais – entre a lógica portuária e o agronegócio. Em paralelo a esse circuito superior (SANTOS, 1979), as comunidades continuam a reproduzir dinâmicas seculares e modos de vida extremamente bem adaptados e articulados com a natureza da região, ainda que sejam cada vez mais invisibilizados pelos interesses das frações do capital industrial e financeiro que esperam gradativamente se

⁸ Destaque para um loteamento chamado Vila Planalto, construído a cerca de 15 km de Santarém em meio à área de plantação de soja, ocupado por casas de alto padrão construtivo comercializadas a preços semelhantes aos das grandes cidades, ocupados por migrantes que consideravam que a cidade não contava com áreas habitacionais compatíveis com suas necessidades, mas que após a difusão dos malefícios dos agrotóxicos para a saúde da população, passaram a vender suas casas e a se dirigir para os novos empreendimentos habitacionais localizados na cidade de Santarém.

apropriar do território a partir das novas formas de coalizão entre setor público e privado observadas no país⁹.

Quadro 4 - Diferentes formas de apropriação do espaço da orla da cidade de Santarém. Observar gradiente entre o porto da Cargill (exportador), o porto de passageiros (regional), a orla urbanizada e a orla natural e histórica. Cor da moldura indica localização no mapa.



Elaboração: Autores, 2017.

Atualmente, o espaço contido na RM Santarém é ambivalente, atende ao perfil hegemônico de metrópole, incorporando as tipologias correntes do léxico da cidade global - shopping center, projeto de orla típico, pressão por verticalização, loteamentos de luxo; quanto manifesta sua face amazônica, e abriga bairros ribeirinhos em que a população depende do rio para sua sobrevivência, comunidades que dependem do trato da terra e cuja sua produção abastece a cidade com hortaliças e produtos da gastronomia típica da região e áreas que onde identidades culturais e religiosos (indígenas e quilombolas) coexistem na cidade (ver quadro 5).

⁹ A esse respeito são dignos de nota os recentes movimentos do Governo Federal de redução das áreas indígenas, de áreas de preservação, de condições de licenciamento e de regularização fundiária propostos pelas MPs 756, 758 E 759 que têm sido aprovadas a toque de caixa pelo Congresso Nacional tendo em vista a sua rápida conversão em leis que alteram décadas de acordos e conquistas do povo brasileiro.

Quadro 5- Diferentes racionalidades de produção do espaço urbano na cidade de Santarém. Acima: margem do rio (praia, comunidade de pescador e centro da cidade); abaixo: verticalização, *shopping center* e conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida.



Elaboração: Autores, 2017.

As localidades dispersas que formam o universo “rural” têm uma relação de co-dependência com a malha urbana central da cidade (prestação de serviços – saúde, educação e outros), a partir das trocas dos seus produtos agrícolas e extrativistas, e embora muitos assentamentos já existissem antes da implantação da nova logística, diante do contraste criado pelo direcionamento de investimentos para o paradigma modernizante, são interpretados como assentamentos precários, a exemplo dos espaços informais periféricos das metrópoles clássicas. A estrutura de mobilidade que dá coesão e define o pertencimento à localidade é definida pela proximidade aos eixos viários (rua, ramais, rodovias, vias, estrada). As localidades se tornam extensão da cidade, e que não surgiram a partir do padrão conhecido de periferia brasileira, formam um colar periurbano que mostra quanto o rio ou o as estradas viabilizaram sua localização. Muitas localidades seculares resistem por terem sido incorporadas por áreas de assentamento criados pelo INCRA, o que as protegeu das mudanças de uso da terra no decorrer das últimas décadas.

A sedução do capitalismo torna a crítica a esse novo modo de produção de cidade difícil de ser reconhecida ou mesmo compreendida. As coalizões recentes, entre controladores da terra, empreendedores e o poder público (executivo e legislativo local e estadual) são pautadas por objetivos que nem sempre fazem sentido para a população mantida a margem do processo modernizante. Ao poder público interessa a conversão a

geração de tributos, não viabilizada pelas comunidades tradicionais, o que reduz seu interesse de proteger este modo de vida, e o aproxima de atores interessados na reestruturação rentável do território pela produção imobiliária. Como dito por Smith (1988), para produzir riqueza o capitalismo precisa afastar o homem da natureza, criar concorrência no mercado, despersonalizar as pessoas, homogeneizar consumo e outros aspectos que buscam mudar a forma de vida das comunidades tradicionais e pequenas localidades encontradas em Santarém.

O quadro 6¹⁰ procura sintetizar a correlação de forças existente no território em discussão, indicando níveis de interesse, responsabilidade, poder, tensão e omissão, manifesto pelos atores envolvidos nos setores público, privado, nos movimentos sociais e no terceiro setor¹¹ quanto a processos de efetiva integração dos três municípios metropolitanos, crescimento e conexão das manchas urbanas, associados ao aspecto modernizador; e também ao maior ou menor respeito à biodiversidade e aos modos de vida tradicionais, associados aos interesses dessas populações. Verifica-se que a recente aproximação do Governo Federal do setor privado tenciona essa correlação de força em favor dos interesses capitalistas, assim como a importância do terceiro setor para o suporte de pleitos dos movimentos sociais¹² (ver figura 8).

Quadro 6 – Diagrama de correlação de forças existentes no território.

	Setor Privado			Setor Público			Grupos Sociais		Terceiro Setor
	Proprietário de Terra	Produtor Imobiliário	Construtor	Poder Local (Legislativo Executivo)	Órgãos Federais (Incra/MMA/ICMBio)	Órgãos Estaduais	STTR	Comunidades Tradicionais	ONG's
Integração Metropolitana Belterra - Mojuí dos Campos - Santarém	◆	◆	◆	●	□	●	◆	◆	□
Expansão da Mancha Urbana (Perímetro Urbano)	●	●	◆	●	□	□	◆	◆	◆
Respeito a Sociobiodiversidade	●	●	●	■	●	●	●	●	◆
Suporte a modo de vida nos assentamentos e comunidades tradicionais	●	●	●	●	●	●	●	●	◆

LEGENDA

- Poder (ação)
- ◆ Interesse passivo
- Tensão
- Historicamente sujeito à pressão do interesse econômico
- Omissão
- ◆ Interesse ativo
- Sem relação direta

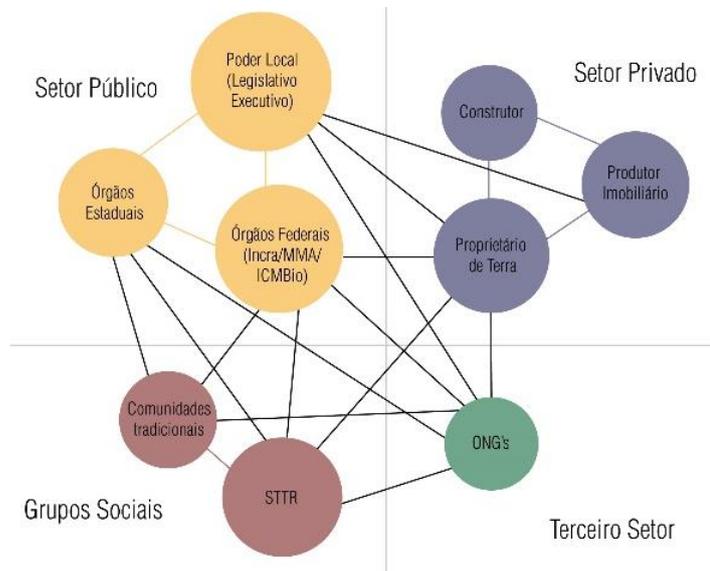
Elaboração: Autores. 2017.

¹⁰ Adaptação do Diagrama de poder desenvolvido por McGlynn (1993) e aplicado ao contexto amazônico por Cardoso (2007).

¹¹ Na década de 1990, a literatura internacional (BURGESS et al, 1997) apontava a correlação de forças entre esses setores como estratégica para compensar a redução do Estado, apregoada pelo neoliberalismo. E talvez o suporte de Ongs tais como o IPAM, Saúde Alegria, Fase Amazônia tenham sido decisivas para a interlocução entre movimentos sociais e setor público. No novo desenho o setor privado tem sido beneficiado pelo realinhamento do setor público em geral.

¹² Durante a pesquisa de campo foram realizadas entrevistas em órgãos do setor público, sindicatos e ONGs, que relataram um movimento de revogação de demarcações institucionais (Incra e Interpa) que asseguram a terra para manutenção de modos de vida tradicionais.

Figura 6 - Diferentes coalisões em disputa pelo território.



Elaboração: Autores, 2017.

A região que se constituía como um espaço de múltiplas determinações sob forte dependência da política estatal, tenderá à conversão mais rápida, na medida em que aumenta a carência de investimentos necessários à manutenção dos modos de vida baseados no saber tradicional, ou que é permitida a destruição dos recursos naturais (contaminação das águas, redução de biodiversidade, deflorestamento, etc.), transformando o que antes era a forma de se viver no lugar em estratégia de resistência (MONTE-MOR, 2015).

A facilitação das novas leis (regularização fundiária e redução das áreas protegidas) para operação do setor privado desde o âmbito global, torna o governo local muito vulnerável às investidas do capital industrial e financeiro, a ponto deste se colocar contra as conquistas institucionais dos grupos sociais e ambientais históricas da região. Exemplo disso é a intenção da Prefeitura Municipal de Santarém de questionar a existência do Assentamento Agroextrativista Eixo Forte na área atravessada pela estrada de acesso ao Aeroporto e à Vila de Alter do Chão.

A expectativa de crescimento econômico a partir das novas dinâmicas eleva o preço da terra nas áreas disponíveis para urbanização adjacentes à área urbana já consolidada, a ponto de viabilizar focos de verticalização, e de modo reverso a precarização das comunidades tradicionais urbanas. A reestruturação do meio rural induz a ocupação informal de áreas urbanas ambientalmente vulneráveis, a expansão urbana formal sobre áreas de floresta, as contestações já citadas de institucionalidades vigentes por interesses imobiliários e assimilação das vilas e localidades habitadas por comunidades tradicionais como assentamentos dormitórios.

O conflito entre as diferentes racionalidades se manifesta em todas as esferas da vida. Contudo, apesar das transformações já ocorridas para a população vinculada à dinâmica urbana (administração pública, comércio, serviços, produção e exportação da soja), a capacidade de atendimento dos serviços públicos é baixa, as soluções de transportes não são compatíveis com as novas distâncias, há carência de espaços verdes e públicos com infraestrutura para a sociabilidade, a prática de esporte e o lazer (produzidos sob a ótica convencional e desconsiderando a oferta existente no espaço natural), demonstrando que a transição econômica tem sido mais rápida do que a sócio-espacial. Isso indica limitações sob a ótica da homogeneização, mas amplas oportunidades sob a ótica da diversidade e da inovação, sob o ponto de vista das expectativas do bem viver em debate no Norte Global.

Em meio a todas essas contradições, o processo de institucionalização da Região Metropolitana de Santarém é resultado da convergência de interesses nas escalas nacional, regional e municipal e por isso foi aprovado apesar de não existir pleno atendimento dos critérios propostos para balizar tais análises, ou o devido enquadramento das condições de governança e processos em curso, a exemplo dos parâmetros criados pelo Estatuto da Metrôpole (ver quadro 7). A RM de Santarém recupera a histórica localização estratégica dos documentos federais, no que diz respeito ao escoamento da produção de grãos, a conversão de terras do extrativismo para o agronegócio e a produção da cidade alinhada a lógica da acumulação. Regionalmente a Região Metropolitana de Santarém (RMS) alinha-se aos antigos interesses de criação de um possível novo estado. Operacionalmente, a racionalidade da estrada e da soja ganhou força com o desmembramento do município de Mojuí dos Campos em 2010, mesmo ano em que se iniciou o processo de criação da RMS na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, concluído apenas em janeiro de 2012.

Quadro 7 - Principais pontos do Estatuto da Metrôpole.

PRINCIPAIS PONTOS	RESUMO - ARCABOUÇO INSTITUCIONAL
AGLOMERAÇÃO URBANA	Unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas
FUNÇÃO PÚBLICA DE INTERESSE COMUM	Política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes
GESTÃO PLENA	Condição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que possui: a) formalização e delimitação mediante lei complementar estadual; b) estrutura de governança interfederativa própria; c) plano de desenvolvimento urbano integrado aprovado mediante lei estadual.
GOVERNANÇA INTERFEDERATIVA	Compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum

Fonte: Estatuto da Metrôpole, 2015.

METRÓPOLE / REGIÃO METROPOLITANA	Metrópole: espaço urbano com continuidade territorial que, em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme os critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE Região metropolitana: aglomeração urbana que configure uma metrópole
CRITÉRIOS	Os critérios para a delimitação da região de influência de uma capital regional, considerarão os bens e serviços fornecidos pela cidade à região, abrangendo produtos industriais, educação, saúde, serviços bancários, comércio, empregos e outros itens pertinentes.
DA INSTITUIÇÃO	Os Estados, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum
DA INSTITUIÇÃO	A instituição de região metropolitana ou de aglomeração urbana que envolva Municípios pertencentes a mais de um Estado será formalizada mediante a aprovação de leis complementares pelas assembleias legislativas de cada um dos Estados envolvidos
DA INSTITUIÇÃO	Até a aprovação das leis complementares, todos os Estados envolvidos, a região metropolitana ou a aglomeração urbana terá validade apenas para os Municípios dos Estados que já houverem aprovado a respectiva lei

Na esfera local a institucionalização da RM de Santarém representa o fortalecimento do poder público, com a ampliação da máquina pública, e o fortalecimento também dos interesses privados no sentido de conversão de terra rural em terra urbana e apropriação dessa terra para a maximização da mancha urbana das cidades. Desse modo, Santarém se consolida como lugar da elite local e as cidades de Belterra e Mojuí dos Campos passam a exercer a função de periferia da RM, devido a valorização das terras em toda a RM. É clara a expulsão das classes mais pobres para as cidades vizinhas sem o fornecimento do mínimo de infraestrutura ou de serviços essenciais como o transporte público.

A atual legislação que regula as Regiões Metropolitanas do país não enxerga processos como os que estão acontecendo na cidade de Santarém que apesar de se justificar como metrópole apresenta uma trajetória diferente das RMs classicamente conhecidas. Essa outra trajetória precisa ser conhecida, respeitada e possivelmente protegida, pois a imposição de institucionalidades exógenas tende a viabilizar uma série de dinâmicas que exclui milhares de pessoas com modos de vida diferentes.

5. Considerações Finais

Ao apresentar a Região Metropolitana de Santarém como uma região que é tocada pela dinâmica planetária mas também tem raízes muito bem estabelecidas nas tradições locais, este texto ilustra os processos recentes de urbanização, e traz à tona outras formas de ocupação do território colocadas à margem dos processos hegemônicos, que dada a sua intensidade e enraizamento, inspiram a reflexão sobre uma estratégia de urbanização que extrapole a concepção de cidade pautada apenas pelo ponto de vista econômico ou periférico. O texto também destaca a importância do espaço periurbano, que não é assimilado pelo discurso dominante, e constitui-se em território sob disputa entre aqueles que já estavam estabelecidos ali originalmente, e que seguem uma estratégia de produção compatível com a

preservação da floresta viva, e os atores e produtores do espaço urbano que lucram com o processo de expansão contínua e ilimitada da mancha urbana.

Por outro lado, observa-se que a RM de Santarém não atende as gerações de critérios estabelecidos institucionalmente por órgãos governamentais na década de 1970 e em 2013, não apresenta o processo de conurbação e nem possui políticas urbanas em comum entre os três municípios que a compõem. A área urbana da RMS compreende apenas 2,36% do território, enquanto o restante do território é ocupado por uma população distribuída em uma série de institucionalidades (vilas, unidades de conservação e assentamentos rurais) que indicam formas de resistência e auxílio na manutenção da população que depende da terra e da floresta para viver. Com essas especificidades apresentadas fica o questionamento sobre como repensar as políticas metropolitanas afim de englobar a diversidade que compõe o mosaico da RMS, tendo em vista que as políticas existentes foram concebidas segundo parâmetros oriundos em outros contextos metropolitanos, onde há maior ênfase no espaço urbano. Se pensarmos que uma região metropolitana abrange todo o território dos municípios que a constituem e não apenas a área urbana, torna-se necessário desenvolver estratégias que diminuam as assimetrias de poder e assegurem a terra como elemento fundamental para viabilizar a vida e não só como uma estratégia capitalista para estabelecer o que é hegemônico. Enquanto o jogo político e econômico for costurado em função de quem trata a terra como um elemento de poder, manter as institucionalidades existentes (assentamentos, Flona, Resex) e os modos de vida tradicionais pode ser interessante apenas para imobilizar a terra e a trata-la como reserva, para quando for oportuno explorá-la ou converter seu uso, sem serem considerados como manifestação da diversidade Amazônica a ser reconhecida e respeitada, a bem da preservação do próprio bioma.

Neste sentido, a RM de Santarém se apresenta como um espaço com grande potencial de aderência às premissas colocadas para as cidades do século XXI, pois apresenta intensidade de atributos espaciais, recursos naturais, sociodiversidade e qualidades ambientais, compatíveis com o que vem sendo perseguido nos países centrais, em resposta à demanda por qualidade de vida urbana. Entretanto a região segue na contramão desse raciocínio, na medida em que reproduz as fórmulas difundidas no século anterior, convertendo sua diversidade socioespacial em espaço homogêneo voltado para produção e consumo.

Nessa perspectiva, conclui-se que ao urbano extensivo, que se estabelece a partir das determinações da ordem distante, seria possível contrapor a naturalização extensiva, por meio da preservação dos espaços naturais e do padrão de dispersão já praticado na região. Contudo, isso só será possível quando assumirmos uma postura de maior autonomia do conhecimento local para a governança daquele território, capaz de dar voz e valor ao conhecimento milenar acumulado na região.

6. Referências Bibliográficas

- BECKER, B. (1998). *Amazônia*. São Paulo, Ática.
- BRASIL. Constituição (1967). Parágrafo 10 do artigo 157 da Constituição Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. Lei Complementar n. 14, de 8 de junho de 1973. Estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrôpole. Brasília: 12/01/2015
- BURGESS, R; CARMONA, M; KOLSTEE, T. (1997). "Contemporary macroeconomic strategies and urban policies in developing countries: a critical review". In: BURGESS, R; CARMONA, M; KOLSTEE, T (org.). *The challenge of sustainable cities*. London, Zed books. p. 18-31.
- CARDOSO, A.C. (2007). *O espaço alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém*. Belém, EDUFPA.
- CARLOS, A.F. (2015). A virada espacial. *Revista Mercator*. Fortaleza, v.14, n.4, p. 7-16.
- CASTELLO BRANCO, M., et al. (2013). *Rediscutindo a delimitação das regiões metropolitanas no Brasil: um exercício a partir dos critérios da década de setenta*. Rio de Janeiro, Ipea.
- CASTELLS, M. (1999). *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- COSTA, F.A. (2012). *Elementos para uma economia política da Amazônia*. Belém, NAEA.
- COSTA, M; TSUKUMO, I. (2013). *40 anos de regiões metropolitanas no Brasil*. Brasília, IPEA.
- DOUGLAS, I. (2006). Peri-urban ecosystems and societies: transitional zones and contrasting values. In: MACGREGOR, D.; SIMON, D.; THOMPSON, D (org.). *The Peri-Urban Interface*. Londres, Earthscan. p. 18-29.
- EMATER (2011). *Plano de desenvolvimento do Assentamento Eixo Forte*. Empresa de assistência técnica e extensão rural. Santarém.
- EUCLYDES, A.C.P. (2016). *A hipótese otimista: dialética e utopia das áreas verdes, das áreas protegidas e da trama verde e azul*. Tese de doutorado. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais.
- FAMCEEF (2007). *Estatuto da FAMCEEF. Federação das associações de moradores, comunidade e entidades do assentamento agroextrativista Eixo Forte*. Santarém.
- GALVÃO, M. V., et al. (1969). Áreas de Pesquisa para Determinação de Áreas Metropolitanas. *Revista Brasileira de Geografia*, v.31, n.4, p. 53-140.
- GARSON, S. (2009). *Regiões Metropolitanas: por que não coperaram?*. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- HAAS, T. Et al. (2012). *Sustainable urbanism and beyond: rethinking cities for the future*. NovaYork, Rizzoli.
- HALL, P. (1995). *Cidades do amanhã*. São Paulo, Perspectiva.
- HARVEY, David. (2016). *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo, Boitempo.
- LEFEBVRE, H. (2008). *Espaço e política*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

- LEFEBVRE, H. (1999). A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- LEITE, M. (2009) A floresta Amazônica. São Paulo, Publifolha.
- MARICATO, E. (2001). Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, Vozes.
- MARTÍNEZ, Z. (2012). Postsuburbia. Barcelona, Comanegra.
- MCGLYNN, S. (1993). Reviewing the rhetoric. In: HAYWARD, R; MCGLYNN, S.(org.). Making better places: urban design now. London, Betterworth.
- MENERAULT, P. (2014). Implantação de trama verde-azul no Bacia Mineira no Nord-Pás de Calais na França. In: Seminário Metropolitano do Macrozoneamento da Região Metropolitana da Grande BH. Anais. Belo Horizonte, UFMG.
- MONTE-MÓR, R. (1994). Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec.
- _____. (2015). Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (org.) Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte, C/Arte.
- NEVES, W. (1992). Origens, adaptações e diversidade biológica do homem nativo da Amazônia. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi.
- RICARDO, C. (1970). A marcha para o oeste. Rio de Janeiro, José Olympio.
- ROOSEVELT, A. C. (1992). Arqueologia Amazônica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo, Companhia das letras.
- SANTOS, M. (1979). O Espaço Dividido. São Paulo, Francisco Alves.
- SANTOS, M. (2013). O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. São Paulo, Edusp.
- SASSEN, S. (1988). O lugar e a produção na economia global. As cidades na economia mundial. São Paulo, Studio Nobel.
- SMITH, N. (1988). Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- SOUZA, A. (2016). Economia e natureza: padrões de uso e cobertura da terra associados a atividades agropecuárias e extrativistas de comunidades do sudoeste do Pará. Dissertação de mestrado. São José dos Campos, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- TAVARES, H. (1986). Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1.

ARTIGO ACEITO PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA URBE

Artigo: URBE-2017-0219 - SANTARÉM: O PONTO DE PARTIDA (OU DE RETORNO) PARA O URBANO UTOPIA

Prezado(a) Mrs.(a) Taynara do Vale Gomes,

Inicialmente, gostaríamos de agradecê-lo(a) pelo interesse em publicar na revista urbe. O processo de revisão de seu artigo foi completado, tendo por resultado aceito com recomendação de revisões.

Pedimos que verifique o relatório ao fim desta mensagem, com as recomendações e instruções. **IMPORTANTE:** Para verificação das revisões realizadas, pedimos que retornem a nova versão do texto com o controle de alterações ou com a utilização de cores de fontes diferentes para as partes alteradas (por exemplo: vermelho para partes novas, azul para textos modificados, etc.). Alternativamente, enviem uma planilha com respostas para as principais sugestões dos revisores, apontando as modificações realizadas no texto e/ou as justificativas para eventuais discordâncias (por exemplo: planilha onde na coluna 1 estarão descritas as sugestões dos revisores e na coluna 2 as respostas dos autores).

Para revisar seu artigo, efetue o login no site <https://mc04.manuscriptcentral.com/urbe-scielo> e entre no "Author Center", onde encontrará seu trabalho na aba "Manuscripts with Decisions". Na seção "Actions", clique em "Create a Revision". Será acrescentado um código ao número de seu artigo para identificar a revisão.

Você também poderá clicar diretamente no link abaixo, iniciando o processo de revisão (ou continuando, caso já o tenha iniciado em outro momento). Caso prefira utilizar este link, não será necessário efetuar o login no sistema de submissão online.
*** PLEASE NOTE: This is a two-step process. After clicking on the link, you will be directed to a webpage to confirm. ***

https://mc04.manuscriptcentral.com/urbe-scielo?URL_MASK=6ddec0db08c74f8a8043d7d560f85bf5

Não será possível efetuar modificações diretamente no arquivo originalmente submetido. Revise seu trabalho utilizando um processador de texto e salve-o em seu computador. Pedimos que marque as modificações com outra cor ou utilize o Controle de Revisão do MS Word. Após a conclusão das revisões necessárias, você poderá subir o novo arquivo por meio do 'Author Center'. Ao submeter uma versão revisada, será disponibilizado um campo para responder aos comentários e solicitações de correção/complementação. Utilize-o para registrar mudanças feitas sobre a versão original. Com o objetivo de acelerar o processo editorial, pedimos que seja tão específico quanto possível em sua resposta.

IMPORTANTE: a versão original do artigo estará disponível quando você for subir a versão revisada. Pedimos que delete todos os arquivos redundantes antes de completar a submissão. Por fim, solicitamos que responda este e-mail confirmando a disponibilidade em realizar as correções ou complementações necessárias. Dentro do cronograma editorial da revista urbe, a versão revisada de seu trabalho deverá ser submetida até 25-May-2018. Caso não seja possível atender ao prazo estabelecido, orientamos a realizar uma nova submissão dentro do sistema.

Mais uma vez, obrigado pelo interesse em publicar em nossa revista. Aguardaremos a versão revisada de seu trabalho.

Atenciosamente,

Rodrigo Firmino, Harry Bollmann, Fábio Duarte

Editores

SANTARÉM: O PONTO DE PARTIDA (OU DE RETORNO) PARA O URBANO UTOPIA

Resumo

O presente artigo recorre a elementos da historiografia sobre a cidade ocidental e à investigação do padrão de ocupação pré-cabralina da Amazônia, para situar uma cidade híbrida – Santarém (PA), que expressa na sua mancha urbana e no novo espaço metropolitano que polariza, vestígios de diferentes matrizes culturais. O amálgama resultante oferece uma diversidade pouco compreendida, que no século XXI tornou-se alvo dos interesses econômicos que reclamam o território para novos usos e produção em massa de tipologias que permitem ganho a curto prazo. A abordagem de inspiração lefebvriana, lança mão da geo-história, da vinculação a um novo tipo de urbano estendido e de elementos de análises morfológicas para revelar como as coexistências acontecem fora e dentro da cidade e como as estruturas espaciais são sutilmente transformadas no sentido de invisibilizar formas de apropriação tradicionais, e valorizar um padrão que se pretende hegemônico, mas que é muito pouco adaptado à sociobiodiversidade da região. Observa-se que a urbanização e a transformação da forma construída na cidade, tendem à negação do acesso aos recursos naturais e colocam em risco um saber que se devidamente compreendido e apoiado seria portador de soluções para o urbano periférico amazônico.

Palavras-Chave: Diversidade socioespacial, urbano Amazônia, urbanização extensiva, urbano utopia.

Abstract

The present article draws on elements of historiography about the western city and the investigation of the pre-cabraline occupation pattern of the Amazon, to situate a hybrid city - Santarem (PA), which expresses in its urban sprawl and in its new metropolitan space that polarizes, traces of different cultural influences. The resulting amalgamation offers a little understood diversity, which in the 21st century became the target of economic interests that claim the territory for new uses and mass production of typologies that allow gain in the short term. The Lefebvrian-inspired approach draws on geo-history, linking to a new type of extended urbanization, and elements of morphological analysis to reveal how coexistences occur outside and within the city and how spatial structures are slightly transformed in the sense of making traditional forms of appropriation invisible, and valorize a pattern that is considered hegemonic, but that is very little adapted to the sociobiodiversity of the region. It is observed that urbanization and the transformation of the form that the city is built in, tend to deny access to natural resources and put at risk a knowledge that if properly understood and supported could make feasible solutions for the urban peripheral in Amazon.

Keywords: Socio-spatial diversity, urban Amazon, extended urbanization, urban utopia.

1. Introdução

Até o século XX foi fácil entender a materialidade do urbano através da forma da cidade. Havia uma forte identificação entre essas duas manifestações, e a compreensão do urbano como reverso do rural, mas também da cidade como uma espécie de antítese da natureza, como o espaço artificial (MONTE-MÓR, 2014). Sob essa perspectiva, um mosaico que entremeasse categorias – urbano, cidade, rural, natureza, como acontece em Santarém, seria algo incompreensível.

Em que pese que a cidade de Santarém seja herdeira de milênios de ocupação pela civilização Tapajônica do sítio em que se localiza (ROOSEVELT, 2009), não contou com atributos que a destacassem aos olhos dos formuladores de políticas públicas durante a fase de integração econômica e rodoviária da Amazônia brasileira, quando considerada do ponto de vista clássico sobre urbano/cidade, pois era destituída de estruturas excepcionalmente marcantes, capazes de expressar o poder que a cidade exercia sobre o campo, a exemplo de como se avaliava o poder do urbano em cidades no passado (ver quadro 1). Toda a região era vista com agrária, marginalmente inserida na divisão do trabalho da sociedade industrial (TAVARES, 2001), e dentre as típicas cidades ribeirinhas, só as duas metrópoles regionais eram reconhecidas como aglomerações importantes na região (CORREA, 1985).

QUADRO 1- Estruturas marcantes de poder em cada tipo de cidade

Tipo De Cidade	Estrutura Marcante
Grega	Ágora, acrópole
Burguesa	Praça do Mercado, catedral
Barroca	Monumentos e perspectivas cenográficas
Industrial	Arranha céu, centros empresariais, estruturas viárias

Elaboração: autoras, 2017.

Contudo, as adições do passado colonial e das fases mais recentes geraram estruturas espaciais híbridas que se mantiveram imperceptíveis, até que a dissociação entre essas camadas se tornasse possível (ex.: urbano diferente de cidade, rural diferente de natural). Neste sentido esse artigo apoia-se na formulação lefebvriana sobre o urbano, que destaca que a urbanização não seria consequência da

industrialização, mas que a industrialização seria uma etapa de um processo de transição da ausência de urbanização para o urbano puro (LEFEBVRE, 1999).

Apesar do cuidado com que as cidades foram modeladas no passado, segundo Lefebvre (1999), o ponto de inflexão do rural para o urbano não dependeria da materialidade da urbanização manifesta na cidade. O lugar do poder político e o lugar da produção seriam as verdadeiras chaves desse processo, e a explicação para produção de estruturas monumentais ou capazes de transpor séculos, como foi o caso da cidade antiga, estaria na necessidade das elites expressarem simbolicamente seu poder sobre os espaços de produção, via de regra destacando diferenças de classes e vinculação a sociedades patriarcais (SOJA, 2000).

Sob essa ótica, na medida em que avançou a correspondência entre espaço de produção e espaço de poder, e deixou de existir disputa de territórios, as estruturas físicas de forte poder simbólico tornaram-se restritas aos espaços de poder, admitindo o tratamento do espaço restante como periferia, normalmente compreendida como espaço de carência de serviços e recursos. No alvorecer do século XXI, Santarém apresenta claras evidências de sua subordinação ao modo de produção hegemônico, na medida em que novas tipologias espaciais e construtivas emergem na paisagem (CARDOSO, GOMES, MELO, 2017), circunscritas a espaços muito definidos destacados de uma morfologia que se sedimentou muito lentamente, e que ao ser ressignificada como periferia pelo urbano extensivo contemporâneo (MONTE-MOR, 2014) se apresenta como um laboratório instigante, no qual as permanências e resistências se apresentam como portadoras de uma fase futura, em que o urbano (ou a sociedade plenamente urbana) seria compreendido pela universalização do acesso a serviços e equipamentos, pelo compartilhamento do poder entre cidadãos, e pela capacidade de apropriação da natureza sem causar sua destruição, em suma: fase essa em que a diversidade terá direito de existir (MONTE-MOR, 2015).

Apoiado neste debate, este artigo se propõe explicar a manifestação de diversidades dentro e fora (no espaço periurbano) da cidade de Santarém, assumindo que as resistências vinculadas a formas passadas (vilas e comunidades, floresta, rio), podem ser tomadas como embriões de novos arranjos, portadores de lições para o futuro que se espera alcançar.

Santarém, uma cidade Amazônica, sujeita a dinâmicas globais, e que apesar da aproximação da monocultura de soja ainda conta com forte presença de florestas em seu entorno, pode ser uma inspiração importante para o urbano utopia proposto por Monte-Mór (2015), que reconhece que se há um processo de urbanização extensiva¹³, este deve ser necessariamente acompanhado por um processo de naturalização extensiva (ideia reversa que assume que o tecido urbano deva ser permeado pelos espaços não construídos, que suportam os fluxos, ecossistemas e ciclos naturais, e também as atividades humanas que dependem dos recursos naturais). A justificativa para tal afirmação advém da capacidade de convivência com o meio físico, desenvolvida no decorrer de séculos, e que viabilizou a manutenção da sociobiodiversidade do lugar, indicativas de invejável resiliência nesses tempos críticos do antropoceno (BOFF, 2011).

A estratégia para dar materialidade a esse debate, e detectar e discriminar padrões e estruturas espaciais que sirvam de evidência sobre a coexistência das categorias inicialmente citadas (urbano, cidade, rural, natural) foi recuperar as ferramentas de análise da morfologia, e atualizá-las pelo uso de imagens de satélites, camadas (shape files) de geoprocessamento e o resultado de observações, levantamentos e entrevistas realizados em pesquisas de campo realizadas em 2015, 2016 e 2017.

O texto está estruturado em 03 partes, a primeira dedicada à diferentes perspectivas do conceito de urbano a partir da ótica lefebvriana, a segunda parte faz uma narrativa do processo de formação do espaço da cidade de Santarém com uma abordagem da sua geo-história e a terceira parte aborda a diversidade de formas e estratégias de apropriação do território por meio da comparação de atributos de morfologia urbana.

2. O conceito de urbano sob diferentes perspectivas

De acordo com o pensamento de Lefebvre (1999), no estágio da sociedade agrária o campo era dominado pela cidade política e as derivações dessa relação

¹³ “uma urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – [que] representa, assim, a forma sócioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até - e cada vez mais - às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros” (MONTE-MÓR, 1994, p. 171).

passaram a se manifestar a partir dos conflitos entre categorias tais como trabalho material e trabalho intelectual, ou produção e comércio. Durante esse primeiro estágio a cidade era vista como um espaço não produtivo, mas seria o lugar que emanava o poder político e ideológico, que determinava o uso do excedente produzido no campo. Seguindo a linha tempo de conversão do espaço rural em urbano de Lefebvre (1999) (ver figura 1), a sociedade agrária teria sido suplantada graças ao movimento voluntário de população rural em direção à cidade, pois a cidade, então percebida como lugar de civilização e urbanidade, passou a ser vista como um lugar com grande potencial articulador para o mercado. Essa migração fortaleceu a dominação da cidade sobre o campo, e permitiu que o surgimento de estruturas produtivas industriais nos arredores de cidade dos países do Norte (em função da mão de obra barata) dando início do processo de transformação do espaço, do tempo e da força de trabalho em mercadoria (LEFEBVRE, 2008).

FIGURA 1- Linha do tempo Lefebvriana de transição do período de ausência de urbanização para urbanização completa da sociedade.



Fonte: Lefebvre, 1999.

Esse passo viabilizou o ponto de inflexão da transformação do espaço da cidade, antes lugar do poder político e da festa, em espaço da produção, constituído a partir do objetivo fundamental de atender a produção industrial e a reprodução coletiva da força de trabalho. Deste ponto em diante foi possível que a cidade (industrial) manifestasse um processo de implosão e explosão, onde a enorme concentração de riquezas, pessoas, atividades, instrumentos e pensamentos implode continuamente as estruturas existentes, enquanto surgem as periferias, subúrbios, residências secundárias e cidades satélites em um movimento de explosão de um tecido urbano

estruturado pelas novas estruturas de mobilidade (LEFEBVRE, 1999). No estágio atual, o avanço desse tecido urbano viabiliza a formação do urbano extensivo (Monte-Mor, 1994), também apresentado por Brenner e Schmid (2015) como urbanização planetária, que extrapola completamente as cidades, e distancia cada vez mais os centros de suas periferias.

Em que pese essa caracterização ter sido formulada assumindo a trajetória das sociedades industriais, ajuda a decifrar a transformação de outros territórios, absorvidos pela divisão internacional do trabalho como fontes de matéria prima para sociedades industriais, como a Amazônia.

No decorrer das sucessivas colonizações que a região sofreu, a racionalidade urbana-industrial esteve subjacente, desde a forma como os colonizadores portugueses definiram as condições de exploração extrativistas até a forma como o governo militar brasileiro estabeleceu as condições de integração nacional¹⁴ (BECKER, 2013).

Todavia, as políticas colonizadoras se superpuseram a um padrão de dispersão, que só recentemente tem sido compreendido. Pesquisas da arqueologia publicadas em Heckenberger et al (2016), Neves (2015), indicam que a população da região antes da chegada dos europeus era apenas pouco menor do que a existente hoje, mas caracterizada pela dispersão, hábil manejo dos recursos naturais disponíveis e que para as sociedades indígenas que viviam na Amazônia, a produção das pessoas era mais importante do que a produção (ou acúmulo) material (HECKENBERGER, 2005). Essa diferença em relação às sociedades ocidentais gerou formas de apropriação absolutamente diversas nas últimas décadas, na medida em que indígenas foram dizimados, migrantes foram assentados, as aglomerações foram transformadas de acordo com a compreensão contemporânea de formas e funções da cidade e o território “rural” ocupado por antigos migrantes e caboclos passou a ser disputado por atividades de caráter industrial (monocultura, extração mineral, exploração de madeira, geração de energia, etc.).

¹⁴ A exploração de recursos naturais na era Pombalina só foi bem sucedida graças à indução de vilas e pequenas cidades nas calhas dos grandes rios amazônicos e à miscigenação entre indígenas e portugueses. E as políticas de integração nacional e grandes projetos federais potencializaram a exploração de recursos naturais urbanizando a região, pela transformação das cidades próximas aos grandes projetos e criação de outras.

A rapidez da transformação decorrente da globalização da economia fez com que o tecido urbano global assimilasse tais territórios, conectando-os aos centros globais de tomada de decisão e aos centros de produção industrial. Contudo, a condição secular de periferia gerou nas elites locais a expectativa de abrigar atividades industriais, mesmo que essa atividade tenham no século XXI um significado completamente diferente daquele que teve no século XIX, para sociedades europeias (HARDY, NEGRI, 2004). Esse desejo de seguir a trajetória de urbanização da civilização ocidental contribuiu para a desvalorização do conhecimento e das formações socioespaciais herdadas de outras eras por elites e por políticas públicas, que desde o governo militar são orientadas por centros cada vez mais distantes (nacionais e globais).

O atual estágio de urbanização da humanidade corresponde ao que Lefebvre (1999) chamou de zona crítica, o limiar da etapa porvir quando a fase urbana suplantaria a era industrial. Ainda que o urbano pleno não seja realidade, já é uma possibilidade latente (ou uma expectativa) em sociedades pós-industriais que procuram desenvolver novos paradigmas, avançar em direção à universalização de direitos e da apropriação da natureza, tanto mais quanto avança a compreensão do contexto de mudanças climáticas desencadeado pelo homem, nesta breve era chamada de Antropoceno (BOFF, 2011). Observa-se que algumas das expectativas e valores (humanização de escala territorial na cidade, redução de emissões de CO₂, vitalidade e multifuncionalidade de espaços, contato direto com a natureza, desaceleração do ritmo cotidiano, maior importância dada ao valor de uso do que ao valor de troca) (HARVEY, 2011; HARDT, NEGRI, 2016), são semelhantes a formas de viver de comunidades e grupos sociais que habitam a região de Santarém, herdeiros de povos nativos (caboclos, quilombolas, indígenas), que têm demonstrado enorme resiliência¹⁵ aos ciclos da natureza por séculos (senão milênios).

Curiosamente, na Amazônia, os valores pré-industriais dos caboclos e extrativistas estão mais alinhados com as expectativas das sociedades pós-industriais que oferecem melhores condições de vida às suas populações. Contudo, os modos de vida desses grupos estão ameaçados pela pressão do avanço da conversão da antiga

¹⁵ Segundo Gonçalves (2017), o termo resiliência permite diferentes definições, entre elas, “medida da persistência e capacidade dos sistemas para absorver mudanças e perturbações mantendo a população e a estrutura de relações”; ou à “capacidade de um sistema experienciar choques mantendo, essencialmente, a mesma função, estrutura, reações, e portanto, preservando a identidade” (p.372).

Amazônia, lida como agrária, em Amazônia de base industrial do século XXI. Além disso, apesar da incorporação da região por um tecido urbano extensivo, já não há interesse na produção de cidades com as cidades europeias do século XIX; a viabilização de infraestrutura logística para a produção (ou para a exportação dos recursos naturais e grãos) é suficiente. Dessa forma, a possibilidade de a cidade funcionar como espaço de emancipação e de centro difusor de atitude de respeito à sociobiodiversidade são muito reduzidas. A grande escala do tecido urbano extensivo e o foco na contribuição para a balança comercial contribuem para a invisibilização das dinâmicas que por séculos foram bem sucedidas na região.

O potencial de aproveitamento dos conhecimentos oriundos da diversidade da natureza para criar um novo urbano, que utilize a cidade como espaço de articulação das camadas urbana, rural e natural, vem sendo subjugado à lógica do espaço eficiente para o mercado e mal estruturado para o cotidiano das pessoas (LEFEBVRE, 1999). Além de não proporcionar benefícios aos grupos que não estão diretamente inseridos na dinâmica capitalista (ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, indígenas, caboclos, e trabalhadores não assalariados em geral), o paradigma industrial gerou na região disputa pelo controle da terra, contaminação de rios, alteração no regime hídrico, redução de biodiversidade e a imposição do modo de vida urbano (industrial) para além das cidades, traduzindo-se em uma extensão dos meios de consumo coletivo, justificado pela percepção oficial como espaço “desocupado”.

Mas, Monte-Mór (2006) aborda a urbanização e o urbano como o lócus privilegiado do consumo e da reprodução da força de trabalho, e portanto como o lugar da possibilidade de reinvenção da vida coletiva, supõe-se que a apresentação do espaço de Santarém como um mosaico de múltiplas tradições, onde a conversão não foi concluída, previna a completa destruição de identidades, saberes, alteração da base biofísica e favoreça a busca de soluções e padrões de urbanização diferentes a partir dos modos de vida já modificados, mas ainda não totalmente metabolizados pelo sistema urbano-industrial.

3. Uma geo-história para a região de Santarém

Segundo Soja (2000) a geo-história é o estudo da dialética sócio espacial inerente ao relacionamento entre homem e natureza, abordagem essa que expressa como as relações sociais se manifestam no espaço, estruturam e são condicionadas pelo

território. Partindo desse princípio, este texto recupera o histórico de formação do território de Santarém para explicitar a importância dos diferentes processos sociais para a estruturação daquele espaço e para a produção da morfologia da cidade. A geo-história, segundo Soja (2000), explica a vida em sociedade a partir de fatores físicos, biológicos e sociais, e mostra como esses fatores estão fortemente atrelados e condicionam o modo de vida das pessoas, propiciando a incorporação do bioma e de modos de vida típicos da região a essa narrativa.

A localização de Santarém em um rico território no encontro do rio Tapajós com o rio Amazonas, em área de solo fértil, de floresta consolidada, no encontro de dois rios navegáveis (Rios Amazonas e Tapajós), com abundante biodiversidade e beleza cênica, e boa conexão com outras aglomerações, explica os registros arqueológicos que datam ocupações anteriores a 7 mil anos, por civilizações portadoras de dinâmicas urbanas, cultura própria, organização social e formação de redes. Apesar de oficialmente a cidade possuir 356 anos - desde sua fundação como vila portuguesa, Santarém pertence a um grupo de assentamentos humanos com profundas raízes pré-cabralinas, e cuja área urbana apresenta indícios de ser um espaço ocupado desde o século 10 (ROOSEVELT, 2009).

O padrão de ocupação do território sempre foi de dispersão, com pequenas localidades distribuídas ao longo das calhas de rio, acompanhando as suas várzeas, áreas mais propícias ao plantio e que permitiam fácil deslocamento (HECKENBERGER, 2005).

O mito de que a região era despovoada e dispunha de recursos infinitos (LOUREIRO, 2002) justificou o direcionamento de migrantes para a região (nordestinos refugiados da grande seca de 1915; assentados rurais da região sul na década de 1970; trabalhadores para as frentes de obra dos projetos federais dos PNDs e do PolaAmazônia). Houve crescimento cidades e vilas, de fazendas, e estruturas produtivas, agora conectadas também por estradas e a reestruturação da antiga rede urbana de padrão dendrítico (baseada nos rios), expandindo a cidade de Santarém em dois principais vetores, o rio e a penetração do território (ver figura 2).

Santarém reafirmou sua importância regional a partir do acúmulo de novas funções e destacou-se como polo regional segundo a lógica urbano-industrial. A consolidação da cidade no período colonial e seu fortalecimento no decorrer do século XX, sob a hegemonia capitalista, é bem ilustrativa do fenômeno apresentado por Becker (1998) de urbanização da floresta na década de 1990.

FIGURA 2- Vetores de ocupação do território: margem do rio e penetração.



Elaboração: Autoras, 2017.

Essa trajetória de urbanização da floresta invisibilizou a importância do sítio onde a cidade foi implantada como suporte de modos de vida harmônicos com a natureza (ROOSEVELT, 1992). Entretanto, essa mesma resiliência do modo de vida tradicional permitiu a resistência às pressões externas e a conquista de apoio em setores governamentais e em organizações não governamentais atuantes na área ambiental e agrária, que articulados à população local viabilizaram novas institucionalidades: formalizaram a presença de unidades de conservação e tipologias de assentamentos rurais (agroextrativistas) no município de Santarém e de Belterra, que contribuem para a composição de um ambiente periurbano fortemente vinculado à floresta e às práticas tradicionais - Reserva Extrativista do Arapiuns, Floresta Nacional do Tapajós, Projeto de Assentamento Agroextrativista Eixo Forte, entre outras demarcações realizadas pelo Incra e Interpa.

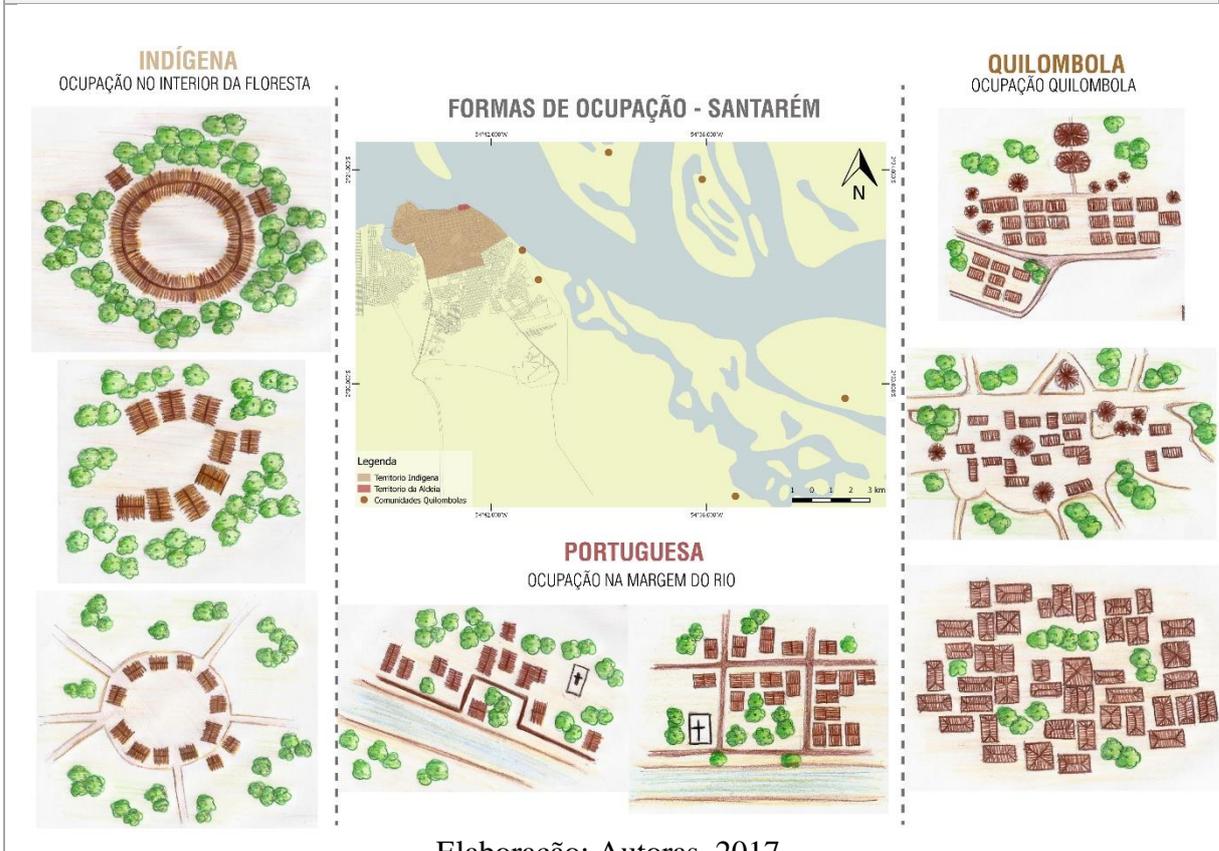
A cidade se distinguiu do amálgama circundante, como a manifestação da fase urbano-industrial capitalista, na medida em que conjuntos habitacionais, instalações portuárias, aeroportuárias e rodoviárias, reestruturaram sua malha urbana foram implantados a partir dos anos 1970. No século XXI, a obrigatoriedade de elaboração de um plano diretor para o município, permitiu que em 2006 extensa área, com raio

de cerca de 30 km, fosse reservada como área de expansão urbana, incluindo completamente o PAE Eixo Forte, por exemplo, assim como inúmeras vilas seculares. Essa medida distinguiu um espaço que posteriormente se tornou metropolitano (BRASIL, 2012), alcançando as cidades de Belterra e Mojuí dos Campos, sedes de municípios desmembrados de Santarém. As duas cidades e a miríade de vilas seculares foram assimiladas no novo arranjo metropolitano como periferia da cidade polo.

Na escala da cidade, Santarém foi o resultado do amálgama de assentamentos gerados por matrizes indígenas, portuguesa e quilombolas. Seus bairros mais afastados tiveram origem a partir de comunidades vernáculas, seguindo a caracterização espacial apresentada no quadro 2. O novo arranjo regional repete esse mesmo processo, por meio da combinação entre infraestrutura logística, mudança do uso da terra e da ressignificação das pequenas cidades de Belterra e Mojuí dos Campos e das vilas existentes como “bairros distantes” da cidade. Um tecido urbano esgarçado com enclaves de tipologias contemporâneas e a gradativa precarização de estruturas tradicionais para liberação das terras que ocupam para novos usos e para novas formas de produção (desde a monocultura da soja até os novos loteamentos que convertem floresta secundária em cidade). Assim como na formação da mancha urbana da cidade de Santarém a acomodação das diversas matrizes esteve subordinada à hegemonia portuguesa, atualmente o tecido urbano estendido de Santarém é subordinado à hegemonia dos setores produtivos capitalistas.

QUADRO 2- Caracterização das matrizes de ocupação do território.

DIFERENTES MATRIZES DE OCUPAÇÃO DE TERRITÓRIO	
<p>Observe-se que desde a metade do século XVII, com a chegada dos portugueses, que a ocupação do território passou a assimilar influências portuguesas e quilombolas sobre a matriz originalmente indígena, que dado o seu sucesso histórico influenciou o posicionamento das demais matrizes entre a floresta e o rio.</p>	
INDÍGENA	PORTUGUESA
<p>A forma como o território indígena estrutura as tipologias habitacionais, os espaços de vivências, de rituais a partir de uma concepção de coletividade (sem individualização) e da transitoriedade (sujeita a reposicionamento conforme a disponibilidade de alimento) é menos agressiva e estabeleceu uma relação de interdependência com o meio (PEREIRA, 2016).</p>	<p>A introdução da matriz portuguesa, colonizadora, abrangeu desde a apropriação do sítio indígena na margem do rio tapajós, o posicionamento do assentamento paralelo ao rio, ao longo de ruas definidas pelos sobrados português, com lotes individualizados, a apropriação do rio como vetor de escoamento da produção e mobilidade da população (visão logística) (WEIMER, 2012). Os portugueses reproduziram em Santarém, mesmo que em pequena escala, um padrão de urbanização típico europeu, que já no século XVIII racionalizava o uso da terra com ruas em sistema de grelha, e quadras pequenas e lotes estreitos, com centralidade definida pela presença de igrejas, prédios públicos e largos.</p>
QUILOMBOLA	
<p>A matriz quilombola foi criada pela mistura da matriz africana com a indígena, também muito sensível às imposições da natureza e à disponibilidade de seus recursos (rios e floresta), entretanto com uma tendência de maior aglomeração das casas que a indígena, também sem uma organização espacial por sistema de ruas e quadras (WEIMER, 2014).</p>	
CARACTERIZAÇÃO ESPACIAL DAS DIFERENTES MATRIZES DE OCUPAÇÃO	

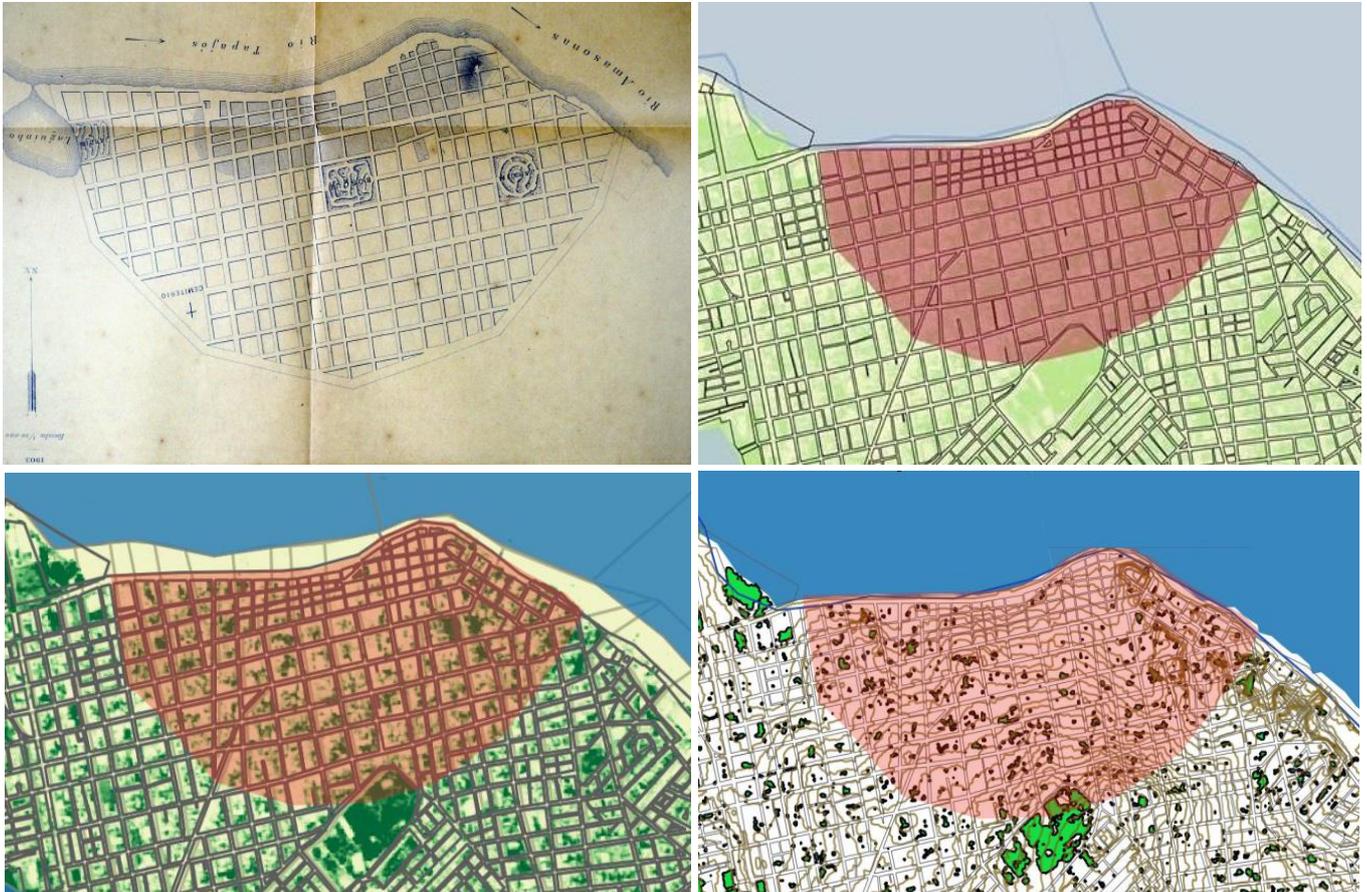


Elaboração: Autoras, 2017.

A compreensão de como ocorreu a consolidação da mancha urbana da cidade de Santarém ajuda a ilustrar a subordinação histórica de diversas matrizes a uma diretriz oficial. O retorno à historiografia indica que a expansão da cidade sobre o território indígena na fase colonial ocorreu pela expulsão dos índios para a floresta, e estruturação do bairro da Aldeia. Posteriormente, no século XIX, a expansão do ciclo da borracha e o fortalecimento da cidade no circuito produtivo foram reconhecidos por meio da proposta de plano de alinhamento para a expansão urbana no espaço delimitado pela légua patrimonial da cidade, em atendimento às determinações da Lei de Terras de 1850 (MUNIZ, 1904; CARDOSO; VENTURA NETO, 2013).

Este plano de alinhamento mudou a escala da cidade, a proporção das quadras, a largura das ruas, ignorou a relação de dependência da cidade com o rio e com a floresta, reproduzindo o esquema de ruas e praças europeu. A abrangência do plano era tão grande quando comparada ao que existia na época, que apenas um século depois a mancha urbana preencheu a área prevista para o projeto. Apesar da racionalidade europeia ter sido colocada tão claramente, não houve meios para garantir a execução fiel do plano. O sistema de ruas foi simplificado, as praças foram suprimidas o que permitiu adaptações às influências e saberes dos povos que já estavam consolidados no lugar, ainda que apenas de forma tácita (sem compreensão formal que alguns elementos do plano suprimidos eram compensados pelo entrelaçamento entre espaço construído e natureza) (ver figura 3). Nessa fase mercantil do capitalismo a estratégia do aviamento era desenhada de tal forma que todo o excedente da produção escoava para a metrópole, onde estava a concentração de renda (VENTURA NETO, 2012). A escassez de recursos para investimento na cidade e o isolamento de Santarém, possivelmente contaram a favor das adaptações.

FIGURA 3 - Esquerda topo: Plano Original de 1850; Direita topo: sistema de ruas efetivamente implantado: quadras menores próximo ao rio, quadras maiores na expansão, supressão das praças, e alteração do traçado nas bordas; Esquerda abaixo: padrão de distribuição de vegetação no miolo das quadras maiores; Direita abaixo: adaptação da malha ao relevo

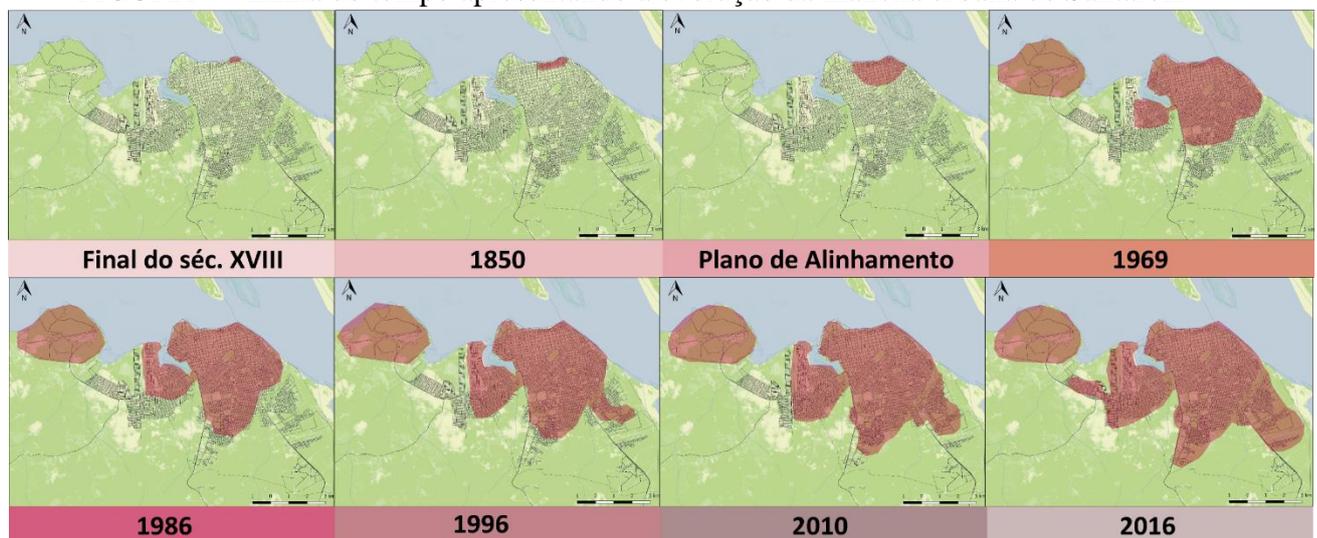


Fonte: Muniz, 1904. Elaboração: Autoras, 2017

Outra fase de mudanças significativas no padrão de expansão da mancha urbana da cidade ocorreu a partir dos anos 1960, quando foram concebidos e implantados os planos de integração nacional. Novos fluxos migratórios foram direcionados para a região, sob novas condições de assentamento (reforma agrária) e financiados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em paralelo à implantação de grandes projetos de infraestrutura logística (porto, rodovia, aeroporto, hidrelétrica). O recuo de investimentos ocorrido após a elevação dos juros pós crise do Petróleo (ARAÚJO, 2000) deixou assentados sem assistência e obras inacabadas, e desencadeou um processo de transferência do contingente populacional atraído para ações de caráter agrário e extrativo para as cidades. A partir dos anos 1980 o processo de periferização passou a atingir a capital e depois as cidades mais importantes do Pará, como era o caso de Santarém (BECKER, 1998; COSTA, 2013).

Nesse período uma nova estratégia da acumulação foi estabelecida, que ressignificou a terra pelo seu valor de troca, e também a produção da cidade. A partir de então a organização da cidade por meio de um plano de alinhamento deixou de ter importância, e as novas prioridades passaram a ser os elementos de infraestrutura necessários para o escoamento da produção do agronegócio e da extração mineral inseridos na cidade através. A expansão de Santarém observada na figura 4 passou a ser definida pelas novas rodovias de acesso à hidrelétrica de Curuá-Una, ao aeroporto e à BR 163. Tais dinâmicas não pensam a cidade porque não precisam dela, são comandadas por centros mais distantes articulados pelo urbano extensivo. Nessa lógica, a cidade próxima ao local de produção não precisa ser estruturada, apenas oferecer o suporte mínimo para a função de pontos de controle. Assim, os

FIGURA 4 - Linha do tempo apresentando a evolução da mancha urbana de Santarém



Elaboração: Autores, 2017.

espaços que antes abrigavam outros modos de vida que dependiam da terra tornam-se invisíveis e incompreendidos, e passam a ser interpretados como a periferia precária da cidade capitalista.

4. A cidade: diversidade de formas e estratégias de apropriação do espaço

O relacionamento histórico entre urbano e cidade em Santarém, justifica o detalhamento da materialidade da cidade a partir da observação da variação dos seus elementos morfológicos. A manifestação do processo de implosão e explosão em Santarém explicita as camadas de contradições e formas de resistência observáveis

na realidade cotidiana. Deste ponto em diante, a materialidade do tecido urbano é investigada por meio da sua decomposição em camadas, resultantes de um processo histórico de formação, por meio da sucessão de diferentes fases, que claramente correspondem a períodos morfológicos. O quadro 3 apresenta o foco e ferramentas de análises de diferentes escolas morfológicas que embora sejam oriundas de contextos muito diferentes, oferecem meios para uma melhor caracterização do mosaico em que se transformou a cidade amazônica, assimilada pelas dinâmicas econômicas contemporâneas.

QUADRO 3- Principais contribuições dos estudos clássicos de morfologia urbana como ferramenta de análise dos processos espaciais.

CONTRIBUIÇÕES OFERECIDAS PELA MORFOLOGIA URBANA	
<p>Segundo Costa e Gimmler (2016), a grande contribuição oferecida pela morfologia urbana é a possibilidade de ler a paisagem a partir da reconstituição do processo pelo qual as cidades se formaram e se transformaram, dessa forma, os estudos morfológicos auxiliam nas análises a partir da forma física da cidade e sua variação em função do tempo, e seu estudo permite a compreensão da formação e da estrutura urbana atual da cidade. Costa e Gimmler (2016) afirmam que as cidades se constituem a partir de camadas que representam cada período de tempo e que sobrepostas formam o ambiente da cidade e indicam valores específicos associados a determinado momento da história. Os autores afirmam também que a forma urbana é reflexo das ações humanas, orientadas por aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, concluindo assim que a forma urbana é a materialização de uma construção social que reflete a cultura de seus habitantes (COSTA, GIMMLER, 2016).</p> <p>Neste sentido os estudos morfológicos se dividem classicamente em duas escolas, a escola inglesa, baseada na obra de Conzen (1960;1988;2009), e a escola italiana, baseada na obra de Muratori (1963; 1967).</p>	
ESCOLA INGLESA	ESCOLA ITALIANA
<ul style="list-style-type: none"> • Tem como base a evolução urbana e analisa a cidade a partir da escala ampliada e sucessivamente vai reduzindo para observar os tecidos e os lotes • Divisão da paisagem urbana em três categorias: Plano de cidade, tecido edificado e uso do solo. • Processo de desenvolvimento urbano: cintura periférica, região morfológica e ciclo de parcela burguesa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Baseia-se no processo tipológico e faz o caminho inverso, começando a análise pela edificação e depois vai ampliando aos tecidos até chegar na escala do território. • Conceitos-chave: tipo, tipologia, estrutura, tecido, série. • Principal característica é a análise do processo tipológico.
SÍNTESE DAS CATEGORIAS PARA APLICAÇÃO NO TRABALHO	
<p>Devido as limitações de contexto escolhemos alguns conceitos chave de cada uma das escolas para abordar conceitualmente neste trabalho e posteriormente utilizar como ferramenta de análise espacial. No trabalho vamos utilizar a divisão da paisagem urbana elaborada por Conzen (1960), que estabelece três categorias, plano de cidade, tecido edificado e uso do solo, e vamos utilizar algumas categorias que o autor usa para caracterizar o processo de desenvolvimento urbano, como</p>	

por exemplo cintura periférica¹⁶ e região morfológica¹⁷. Ao descer para uma escala menor, as categorias criadas por Muratori (1963) dão melhor suporte à análise pois abordam o tecido urbano, as tipologias e os sistemas de ruas.

AVANÇO DOS ESTUDOS MORFOLÓGICOS

Outras escolas foram estruturadas posteriormente (Moudon, 1997), e de modo geral tais estudos morfológicos servem como suporte para o entendimento da paisagem urbana e sua estrutura, pois estudam a forma da cidade, suas características exteriores, físicas e sua evolução no tempo (LAMAS, 2004). Segundo Lamas (2004), os estudos da morfologia procuram entender os momentos de produção do espaço urbano e também identificam esses mesmos momentos e suas inter-relações através não só do conjunto de fenômenos sociais e econômicos, mas com os elementos que compõe a forma física da cidade.

Elaboração: Autores, 2017.

Os registros das formas de apropriação social de Santarém, nos diferentes momentos de colonização ou ciclos de migração, expressam o somatório de relações observadas entre os elementos que constituem a estrutura espacial da cidade e as condições históricas, sociais, econômicas e políticas da sociedade que a produziu, dessa relação surgiu um habitat responsivo a essas diferentes culturas.

Quando a mancha urbana da cidade cresceu, os limites naturais (rio e floresta) que funcionavam como obstáculo a essa expansão, uma vez extrapolados, constituíram cinturas periféricas, e iniciaram a marcação das regiões morfológicas da cidade, geradas por combinações diferenciadas de elementos morfológicos (arruamento, quadras, lotes, áreas verdes) (ver figura 5). A manutenção desses limites

FIGURA 5- Esquema de representação dos limites naturais que servem como barreiras para expansão urbana (à esquerda) e esquema de regiões morfológicas (à direita).



Elaboração: Autoras, 2017.

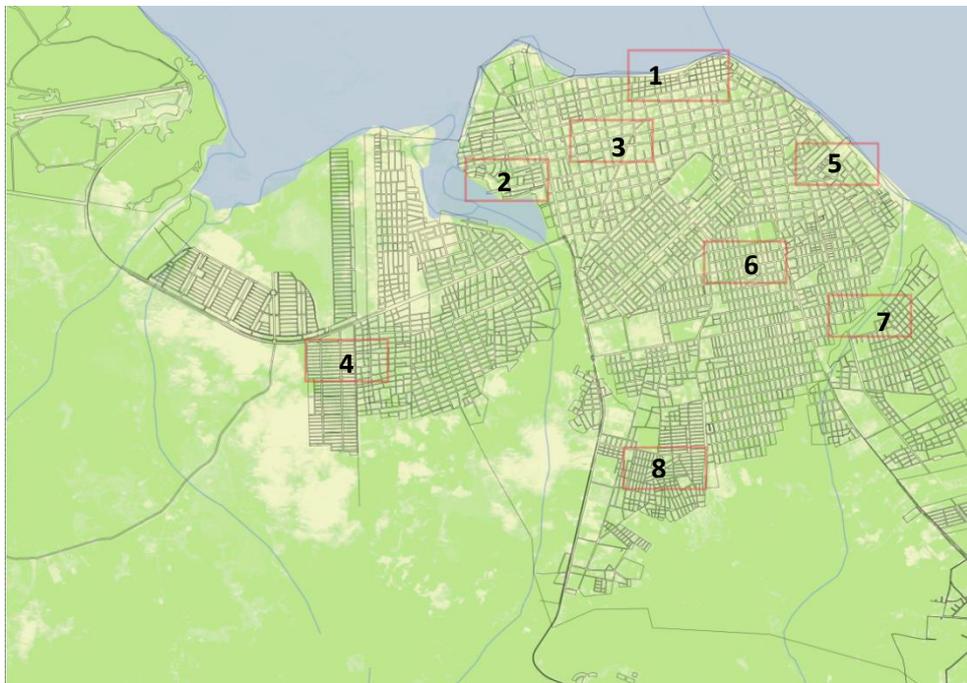
¹⁶ O autor conceitua cintura periférica como a franja urbana que se forma durante o período em que a área construída da cidade está em fase de consolidação. Essa área geralmente inclui vazios urbanos, áreas verdes, parques, vegetação abundante e pode servir como barreira para a expansão urbana (COSTA, GIMMLER, 2016).

¹⁷ Região morfológica é uma área que tem unidade em relação à sua forma que a distingue das áreas envolvidas (COSTA, GIMMLER, 2016).

naturais por séculos demonstra a sua relevância para o cotidiano da vida das pessoas, e a preservação da herança de parte da população local de interdependência com a natureza (suporte para o lazer, sociabilidade, produção extrativista e familiar, não reconhecida como relevantes pela fase urbano-industrial do capitalismo).

A localização e a proximidade com o rio foram fatores determinantes para a estruturação do espaço de Santarém, e à medida que a malha urbana se afasta do rio as características mudam. Os recortes propostos na figura 6 caracterizam diferentes processos de formação e apropriação, evidenciando os períodos de urbanização e o que estava na “agenda” prioritária em cada momento.

FIGURA 6 - Localização dos oito recortes escolhidos para análise.



Elaboração: Autoras, 2017.

A sequência dos recortes abrange áreas produzidas segundo matrizes portuguesa, indígena, quilombola, e as alterações recentes, de modo a identificar os conflitos decorrentes do desvanecimento da matriz tradicional. A matriz hegemônica contemporânea intensificou a “modernização” da cidade, com a implantação (e o posicionamento) de uma nova escala de empreendimentos com novos usos típicos da fase de financeirização capitalista (shopping center, conjuntos habitacionais e loteamentos e condomínios), criando arranjos espaciais completamente novos.

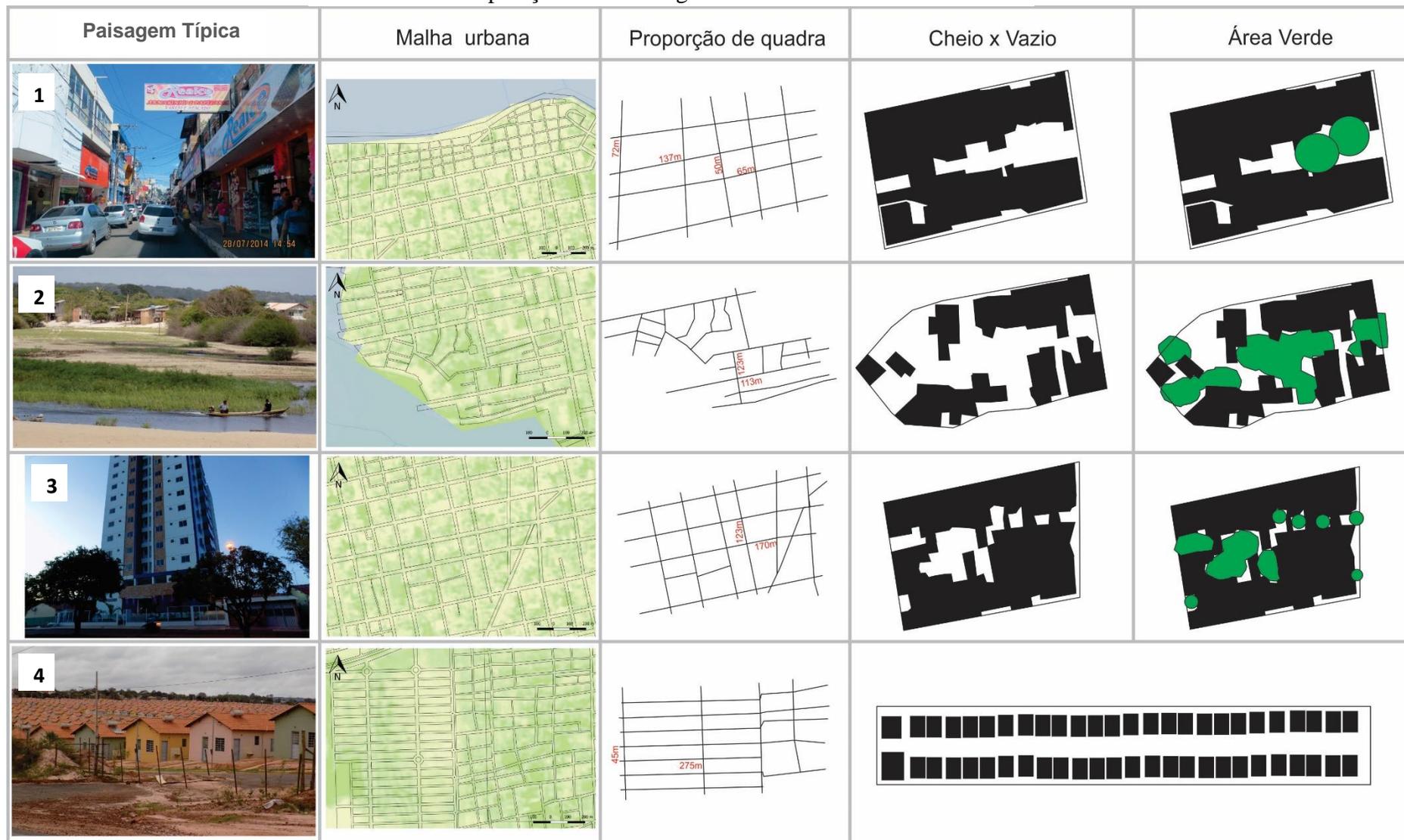
Nas figuras 7 e 8 sistemas de ruas, proporção de quadras e áreas livres/verdes são comparadas para todos os recortes de modo a demonstrar como as categorias geradas pela difusão da fase urbano-industrial – formal, informal e tradicional – são relativas nesse contexto.

A distância da orla consolidada da cidade, pode indicar localização mais periférica, sob o aspecto formal-informal, mas na prática, a produção informal segue a possibilidade de maior aproximação do modo de vida tradicional (recortes 2, 5 e 7). Nessas áreas ainda existem comunidades que são pautadas pelos ritmos da natureza, e encontram facilidade de compor a renda com atividades ligadas ao extrativismo ou ao turismo ecológico; são áreas não planejadas, onde o traçado das ruas é orgânico, e onde ocorre maior presença de vegetação no miolo de quadra, indicando a possibilidade de uso dos quintais como pomar, espaço de produção de ervas e alimento, ou simplesmente como espaço de arrefecimento do calor;

Nos recortes inseridos na área central (recortes 1, 3 e 6), porção que corresponde ao centro histórico da cidade e ao antigo plano de alinhamento, a condição de infraestrutura é melhor, o sistema de ruas é regular, com quadras maiores, e maior adensamento construtivo, a acessibilidade dá preferência ao automóvel, e a vegetação é mais rara, contida no interior da quadra; nas demais áreas (fora do centro) o adensamento construtivo é relativamente menor, com maior permeabilidade dentro das quadras, mais vegetação no miolo e nas faces de quadra, e escala construtiva mais amigável ao pedestre; o recorte 4 indica uma tipologia que tem origem nos anos 1970, o conjunto de habitação popular, e volta a ser utilizada recentemente no programa habitacional Minha Casa Minha Vida, que chega na cidade com 3500 unidades, e que não dialoga com a natureza, na medida em que as dimensões de lote e quadra são menores, pautadas pela racionalidade da produção de habitação em massa, sem considerar outras funções relativamente comuns do lote individualizado (moradia, produção, controle ambiental). O recorte 7 ilustra caso de assimilação de comunidades quilombolas pré-existentes à cidade, na medida em que ocorreu expansão da mancha urbana; O recorte 8 apresenta uma área que surge de forma espontânea a partir do processo de periferização da cidade e atualmente já está em fase de consolidação.

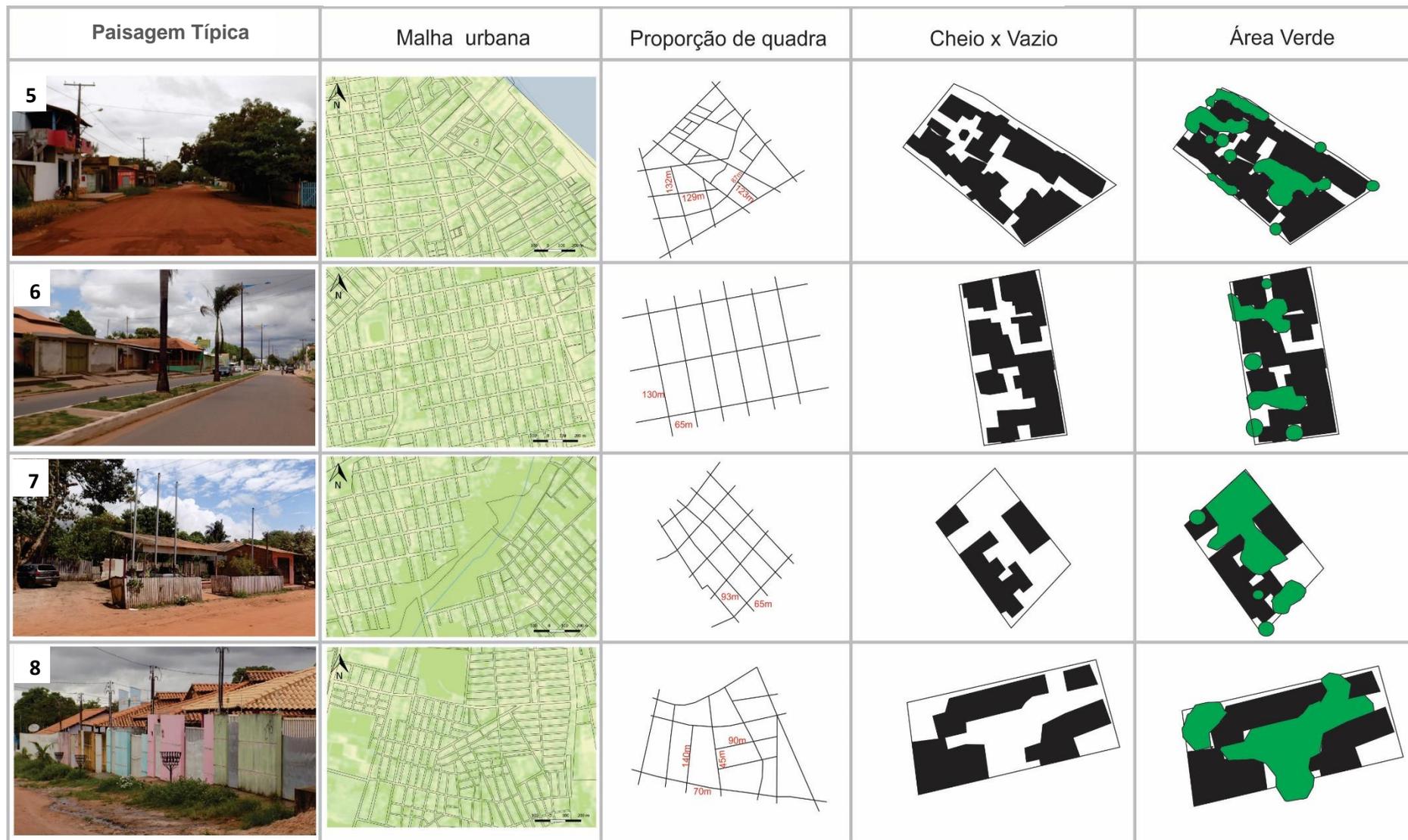
Os recortes de Santarém apresentados mostram como os conflitos e dinâmicas socioeconômicas se manifestam no território. À medida que a cidade explode e sua mancha urbana cresce integrando áreas (comunidades) antes isoladas, resultando em uma malha fragmentada e dispersa, o que antes era considerado centro expandido da cidade começa a sofrer um processo de implosão, com o avanço dos elementos de suporte à exportação de grãos (estrada, porto) e eliminação de formas históricas de ocupação (praia, casario) e introdução de edifícios de até 30 andares (ver figuras 10 e 11).

FIGURA 7 - Comparação da morfologia em diferentes recortes da cidade.



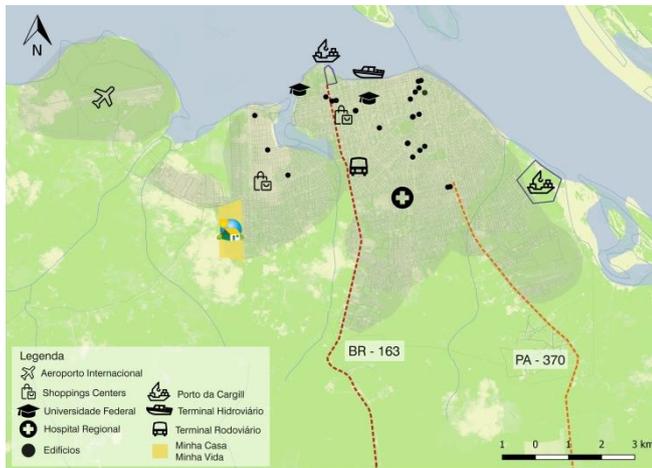
Elaboração: Autoras, 2017.

FIGURA 8 - Comparação da morfologia em diferentes recortes da cidade.



Elaboração: Autoras, 2017.

FIGURA 9 - Infraestrutura (logística) e grandes equipamentos que estruturam a cidade



Elaboração: Autoras, 2017.

FIGURA 10 - Processo de verticalização da cidade.



Elaboração: Autoras, 2017.

O padrão atual da expansão da área formal cidade reinterpreta a margem do rio, substituindo a multifuncionalidade histórica por funcionalidades definidas para a produção (porto) ou para o consumo (orla de bares e restaurantes). Para promover essa metamorfose da cidade ribeirinha em cópia de cidades pós-industriais, tal sociedade destrói os espaços de subsistência de grupos sociais que não foram e nem serão incluídos às novas dinâmicas econômicas (produção de soja, extração de madeira). Contudo, a eliminação dessa diversidade social implica na perda do registro de como pode ser o relacionamento equilibrado com a natureza, de manutenção da várzea do rio, utilizada para produção de alimentos, lazer, e refúgio de biodiversidade.

5. Considerações finais

A cidade da produção disputa o território e os códigos espaciais de outros períodos, e altera os padrões de apropriação do território que sempre existiram na região sem compreender a sua resiliência. A implosão da cidade ribeirinha tem se justificado na produção da metrópole – da cidade que drena e controla o território circundante, difunde novos valores, e estabelece a hegemonia do sistema econômico capitalista. Verticalização e produção de habitação em massa (3.500 unidades) são símbolos do novo urbano, que já chega obsoleto e míope às oportunidades que séculos (e mesmo milênios) de evolução têm a ensinar a respeito de como uma civilização pode perdurar em um contexto de floresta.

Contudo, sob a visão imediatista, destruir a floresta e seu povo tem sido o mais fácil fazer. A incapacidade de resistir às determinações econômicas, e da concentração dos benefícios da transformação nas mãos de poucos atores políticos e econômicos precipita a ruptura do processo de amálgama de matrizes que vinha ocorrendo desde a colonização portuguesa, que se fosse mantido e melhorado com contribuições tecnológicas e incentivos, poderia evoluir no sentido do florescimento do que Monte-Mór (2015) chamou de utopia do urbano-natural. Nessa perspectiva não seria possível recriar a metrópole do século XX em Santarém, mas reconhecer a importância da coexistência e da diferença, como pilar da criação da metrópole do século XXI. Um espaço onde o respeito à diferença seria inerente ao direito ao urbano; pela compreensão tácita que à extensão extensiva do urbano, deve corresponder a naturalização extensiva do território e da cidade.

Essa mudança de paradigma é chave para o avanço da fase do urbano-industrial para o urbano-natural e demanda a capacidade de enraizar o desenvolvimento, dissociá-lo de crescimento econômico e da prática de dominação da natureza. Nessa perspectiva, percebe-se que os grupos sociais vistos com grande desvantagem hoje, são portadores de soluções para um futuro possível, e que certamente não poderá ser determinado por um modo de produção que dissocia pessoas, águas e vegetação da terra.

6. Referências bibliográficas

- AMARAL, J. P. (2008). **Populações quilombolas no interior da Amazônia: organização cultural e conflito**. In Anais do Seminário Internacional Amazônia e Fronteiras do conhecimento. Belém: NAEA-UFPA, 2008. v. 1.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **A experiência de planejamento regional no Brasil**. In: _____. Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro. Heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2000. p. 17- 24.
- BECKER, B. (1998) **Amazônia**. São Paulo: Ática.
- BECKER, B. **A urbe amazônica: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.
- BOFF, Leonardo (2011). **Bem-Vindo ao Antropoceno**. Disponível em: <http://www.revistaplaneta.com.br/bem-vindo-ao-antropoceno/> Acesso em Agosto de 2017.
- PARÁ. Lei complementar nº 79, de 17 de janeiro de 2012. **Estabelece a criação da Região Metropolitana de Santarém**. Diário Oficial do Estado do Pará, Santarém, 18 jan. 2012. Seção 1, p. 1.
- TAVARES, Hermes Magalhães. **Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil**. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Ano 1, n. 1 (jan./abr. 1986). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1986 -. 2001. [Disponível em Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ; DP & A, 2001.] p. 229-248.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. **Combat, Caricature & Critique in the Study of Planetary Urbanization**. Urban Theory Lab, Graduate School of Design, Harvard University, 2015b. Disponível em: . Acesso em: 10 mai. 2015.
- CARDOSO, A. VENTURA NETO, R. **A evolução urbana de Belém: trajetórias de ambiguidades e conflitos socioambientais**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 55-75, jan/jun 2013
- CARDOSO, Ana Claudia D.; GOMES, Taynara do Vale; MELO, Ana Carolina Campos de. **Tracking Variants of Urbanisation in the Eastern Amazonian Region through the Spatial Transformation Patterns in Six Cities of Pará, Brazil**. In: Dialog Journal. Alemanha, Vol. 3/2015, n. 122 (março 2017).
- CONZEN, M. P. (2009) **‘How cities internalize their former urban fringes: a cross-cultural comparison’**, Urban Morphology 13, 29-54.
- CONZEN, M. R. G. (1960) Alnwick, Northumberland: a study in town-plan analysis Institute of British Geographers Publication 27 (George Philip, Londres). 23

- CONZEN, M. R. G. (1988) **'Morphogenesis, morphological regions and secular human agency in the historic townscape, as exemplified by Ludlow'**, em DENECKE, D.; SHAW, G. (eds.) *Urban historical geography* (Cambridge University Press, Cambridge), 255- 61.
- CORREA, Roberto Lobato. **A periodização da rede urbana da Amazônia**. In: *Revista brasileira de geografia/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, ano 49, n. 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- COSTA, Tatiane. **Santarém: mudanças e permanências na relação cidade-rio na Amazônia**. Belém: NAEA, 2014.
- GIMMLER NETTO, M. COSTA, S. **Como compreender as cidades?**. *Revista de Morfologia Urbana*. V.4 N. 2, 2016. Porto, Portugal. P. 115-117.
- GONÇALVES, C. **Regiões, cidades e comunidades resilientes: novos princípios de desenvolvimento**. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management)*, 2017 maio/ago. 9(2), 371-385
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem estar comum**. 2016
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Pós-modernização, ou a informatização da produção**. In: _____. *Império*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 301-324.
- HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011
- HECKENBERGER et al (2016). **As cidades perdidas da Amazônia: A floresta tropical amazônica não é tão selvagem quanto parece**. Disponível em: http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/as_cidades_perdidas_da_amazonia.html. Acesso em Agosto de 2017.
- HECKENBERGER, M. **The Ecology of Power. Culture, Place and Personhood in Southern Amazon**, AD 1000-200. London/ New York: Routledge, 2005.
- LAMAS, José. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir**. In: *Revista ESTUDOS AVANÇADOS*, 16 (45), 2002, p. 107-121.
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Extended Urbanization and Settlemente Patterns: An Environmental Approach**. In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosion/Explosion: towards a study of planetary urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 109-120.

- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006
- MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano**. In: COSTA, G.; COSTA, H.; MONTE-MÓR, R. (eds.) Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte, C/Arte, 2015. p. 55-70.
- MONTE-MÓR, Roberto. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M. et al. (Org.). Território, globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.
- MOUDON, A. V. (1997) '**Urban morphology as an emerging interdisciplinary field**', Urban Morphology 1, 3-10.
- MUNIZ, P. **Patrimônios dos conselhos municipais do Estado do Pará**. Lisboa: Aillaud & Cia, 1904. Muratori, S. (1963) *Architettura e civiltà in crisi* (Centro Studi di Storia Urbanistica, Roma).
- MURATORI, S. (1967) **Civiltà e territorio** (Centro Studi di Storia Urbanistica, Roma).
- NEVES, Eduardo. **A cidade de todos os tempos**. National Geographic. Dezembro, 2015 24
- PEREIRA, José Carlos. **Indígenas na metrópole: lutas multiétnicas e identidade coletiva na cidade de Manaus (AM)**. Palestra ministrada no dia 23 de junho. FAU – UFPA. Belém, 2016.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. **A historical memoir of archaeological research in Brazil (1981 – 2007)**. In: Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Arqueologia amazônica: história e identidades, v.4, nº1, 2009.
- ROOSEVELT, Anna Curtenius. **Arqueologia Amazônica**. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1992.
- SOJA, Edward. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Oxford: Backwell, 2000.
- TAVARES, Hermes Magalhães. **Políticas dedesenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil**. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Ano 1, n. 1(jan./abr. 1986). Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1986 - 2001. [Disponível em Planejamento e território:ensaios sobre a desigualdade]. Rio de Janeiro:IPPUR/UFRJ; DP & A, 2001.] p. 229-248.

VENTURA NETO, R. da S. **Circuito Imobiliário e a cidade**. O espaço intra-urbano de Belém entre alianças de classes e dinâmicas de acumulação. Dissertação de Mestrado. Belém, UFPA. 2012.

WEIMER, Günter. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2012

WEIMER, Günter. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SOLUÇÕES DO URBANO-RURAL AMAZÔNICO: O CASO DE UMA COMUNIDADE PERIURBANA EM SANTARÉM (PA)

Resumo

O artigo aborda o caso da comunidade São Brás, inserida no assentamento agroextrativista Eixo Forte, no município de Santarém (PA), para ilustrar a emergência de um novo urbano que articula de modo virtuoso o saber, a produção tradicional e necessidades de consumo da cidade. O viés de análise assumido destaca que a valorização da endogeneidade, da coletividade, e da capacidade de articulação para a produção de institucionalidades que protegessem populações como a da comunidade São Brás, podem ser manifestações concretas da possibilidade de criação de um urbano-utopia, capaz de respeitar e dar suporte a modos de vida diversos. O texto também mostra como, apesar das pressões pela sua desestruturação, essa trajetória de apropriação do espaço tanto possibilita a boa convivência dentre as pessoas da comunidade, quanto está mais próxima das recomendações internacionais comprometidas com desenvolvimento sustentável do que os novos usos difundidos por concepções "modernizadoras" de urbanização para a região.

Palavras-Chave: Urbanização, modos de vida, Comunidade São Brás, Santarém.

Abstract

The article deals with the case of the São Bras community, inserted in the agroextractivist settlement Eixo Forte, in the municipality of Santarem (PA), to illustrate the emergence of a new urban area that virtuously articulates the traditional knowledge, production and consumption needs subsequent of the city lifestyle. The analysis seeks to emphasizes that the valorization of endogeneity, collectivity, and articulation capacity for the production of institutions that protect populations such as the São Bras community can be concrete manifestations of the possibility of creating an urban-utopia capable of to respect and support diverse lifestyles. The text also shows how, in spite of the pressures for its dismantling, this path of appropriation of the space both enables good coexistence among the people of the community and is closer to the international recommendations committed to sustainable development than the new uses disseminated by "modern" ways of urbanization for the region.

Keywords: Urbanization, ways of life, São Bras community, Santarem.

1. O ponto de vista

O processo de urbanização das cidades amazônicas tem sido determinado pela imposição de paradigmas exógenos, baseados em características ideais de cidade desenvolvidas no âmbito de sociedades industriais, que raramente consideraram as especificidades regionais. A trajetória da Amazônia foi marcada por ciclos de produtos voltados para exportação, prática estabelecida desde a colonização portuguesa e mantida até o projeto desenvolvimentista do governo federal.

Por outro lado, apesar da região norte representar 46% no território nacional, nunca houve definição de uma agenda de planejamento territorial que considere devidamente o fenômeno urbano (CGEE, 2009), e reveja a compreensão muito difundida de que a Amazônia seria uma área despovoada e de vocação para produção agroextrativista. Sob tal lógica oficial, a ideia do vazio demográfico justificou a inserção da região Norte na divisão social do trabalho brasileira como fornecedora de matéria prima. Mesmo quando o governo militar optou pela substituição de importações e mudou o padrão de investimentos na Amazônia de empreendimentos agrários para projetos industriais, a pauta foi limitada à geração de energia, extração mineral e produção agropecuária. Em todas as fases da política de integração, a concepção seguia uma matriz que favorecia a aglomeração, os processos migratórios e a expansão do modo de vida urbano. Essa matriz imposta pela agenda desenvolvimentista do país era completamente diferente da existente, mas sua implantação foi tão abrangente (ex.: através da logística, das condições de financiamento e acesso à terra) que chegou a invisibilizar a população local e seu modo de vida, assumidos naquela altura, como retrógrados e inadequados.

Seguindo esse “impulso renovador” e o desejo cada vez maior de modernização, a cidade tornou-se a materialização de novos padrões de modo de vida, marco no processo de urbanização da floresta, baseado em novas formas de produção, distribuição, relações sociais e consumo. Esse padrão imposto de cidade apresenta como características uma urbanização responsiva à indústria, que assumiu a natureza como um produto a ser consumido.

Não por acaso, na história do capitalismo, as crises ambientais findam por serem metabolizadas pelo sistema e posteriormente “superadas”, pois a natureza sempre acaba por ser interiorizada na circulação e na acumulação do capital, e os

elementos naturais transformados em ativos do processo de acumulação (HARVEY, 2016). Esse processo foi descrito por Neil Smith (1988) como “produção da natureza”, ou segunda natureza, constantemente remodelada para atender ao capital.

Apesar das constantes pressões e conflitos, a população tradicional vem conseguindo se consolidar e resistir às imposições da agenda econômica e alcançar novos paradigmas, em desenvolvimento desde o início da discussão sobre a finitude dos recursos naturais e necessidade de estratégias de desenvolvimento duráveis (ou sustentáveis), e que evoluíram no século XXI para o reconhecimento da sóciobiodiversidade, e dos conflitos socioambientais subjacentes às ações que priorizam a agenda econômica (Acseirad, 1999; Silva, 2017; Klemens, 2013). Dentre as novas abordagens, este trabalho alinha-se com o argumento defendido por Silva (2017), que assume como possível uma superação da condição de subdesenvolvimento da Amazônia através da compreensão e mobilização das alternativas oferecidas por essa realidade, e a partir dessa posição centra-se na caracterização da experiência cotidiana de comunidades localizadas no espaço periurbano¹⁸ de Santarém (PA), tendo em vista o destaque de aspectos do modo de vida tradicional que são portadores de futuro, quando cotejados com a literatura e com acordos internacionais contemporâneos.

Silva (2017) acredita que se a posição da indústria, como mediadora das necessidades sociais e recursos disponíveis, for reinterpretada, diversas alternativas emergirão mediante o potencial do patrimônio natural existente na região. Assim ele afirma que tanto a manutenção do metabolismo humano quanto a continuidade do dinamismo econômico dependem da superação da lógica industrial que com ela vem sendo praticada. E que isso é particularmente importante em sociedades periféricas, onde há uma percepção de breves ciclos de produtos e de longos períodos de estagnação, o que em parte pode ser justificado pela baixa endogeneidade dos processos, ou pela incapacidade de acoplamento de trabalho novo ao saber já existente no lugar, e pela forte pressão que os referidos ciclos exercem sobre os recursos naturais, já sabidamente finitos (SILVA, 2017. P. 158).

¹⁸ Compreendido como uma zona transicional, ou zona de interação, onde atividades urbanas e rurais estão justapostas, e características da paisagem estão sujeitas a rápida mudança, levando a transformações nos sistemas hidrológicos, ecológico, geomorfológico e socioeconômico, sendo frequentemente negligenciadas tanto pelas administrações rurais como urbanas (DOUGLAS, 2006, P.18).

As abordagens contemporâneas sobre cidade, oriundas das sociedades pós-industriais, entendem que, além de atenderem às demandas do mercado, as cidades precisam atender as necessidades plurais dos seus moradores. Neste sentido, começa a crescer a visibilidade de modos de vida alternativos ao urbano industrial, que não dependem da lógica espoliativa das relações de trabalho (Fhindorm (escócia), Euroville (índia)). Casos com características em comum com as comunidades existentes no espaço periurbano de Santarém, onde as populações são detentoras dos seus meios de produção, a terra é objeto de gestão coletiva, e prevalece o compromisso de garantir a reprodução coletiva da vida, ao invés do de maximizar a produção.

O discurso hegemônico de que o modo de vida tradicional não sobreviveria por muito tempo e seria cooptado pelo sistema capitalista, conta com a crítica de autores como Elinor Ostrom (1990), que em suas pesquisas afirma que essas comunidades podem apresentar arranjos bem sucedidos, expressões e pesos econômicos significativos se contarem com políticas adequadas. Ostrom (1990;1994) defende a tese dos *commons*, de dinâmica similar àquela observada na área de interesse da pesquisa.

Sob esse escopo, este artigo parte da compreensão do território de Santarém como espaço do diverso, onde coexistem modos de vida e ainda são reconhecidas especificidades, mas onde a ressignificação desse espaço como parte de um tecido urbano estendido, que no século XXI alcança uma escala global (Monte-Mor, 2014; Brenner, 2014), pode significar um desafio que só poderá ser superado se o urbano oferecer novas formas de vinculação aos grupos que estão excluídos da agenda urbana clássica (pautada por investimentos massivos em habitação, mobilidade, infraestrutura e regularização fundiária) (BRASIL, 2004).

A visão do Lefebvre (1999) de que o urbano não é apenas um resultado do processo de industrialização, mas uma instância que possibilita a transformação a partir da convivência estreita e contínua das pessoas. As possibilidades de conexão da cidade com a área periurbana e rural permitem a valorização do conhecimento oriundo da diversidade da natureza e sua incorporação no trabalho humano, viabilizando entrelaçamentos entre diferentes modos de vida e o respeito ao modo de vida dessas comunidades. Nessa perspectiva, a proximidade entre as comunidades

de Santarém e a cidade estaria entre uma das razões para a existência e consolidação do assentamento.

Abordar o modo de vida das comunidades tradicionais¹⁹ em tela requer uma extrapolação do conceito de direito à cidade (particularmente como difundido pela campanha dos Planos Diretores Participativos realizada entre 2003 e 2006 no Brasil) para o pleno sentido lefebvriano, que contém o direito à diferença e à diversidade e de forma mais sutil à natureza (BRASIL, 2004; LEFEBVRE, 1961; HORN, ALENÇON, CARDOSO, 2017). Isso implica no reconhecimento de diferentes formas de interagir e conceber o espaço e a natureza, assim como a necessidade de desvendar as desigualdades de acesso aos recursos naturais.

Dito de outra maneira, o reconhecimento dos potenciais existentes nessas áreas requer uma ruptura com a tendência por homogeneização dos processos globais regidos pelo capital, que desvalorizam e desqualificam os saberes tradicionais e exaltam os processos de acumulação baseados na indústria e na tecnologia, desumanizando as relações, alienando as pessoas e destruindo a natureza.

Em uma década em que a produção da cidade tornou-se a principal forma do capital se reproduzir (HARVEY, 2016) e onde acontece(m): a megashopinização²⁰ dos espaços urbanos, a periferização das cidades, conflitos decorrentes das ondas de imigração no mundo, a insuficiência de políticas urbanas (habitação, saneamento, mobilidade) para atender o aumento das demandas nas cidades e a questão ambiental é lembrada pelos eventos extremos, a própria ONU (Organização das Nações Unidas) propôs objetivos de desenvolvimento sustentável, com dezessete itens para orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos (ver figura 1).

¹⁹ Diegues e Arruda (2001) caracterizam como comunidades tradicionais as sociedades que estabelecem relação de simbiose entre a natureza e os modos de vida; apresentam profundo conhecimento da natureza e seus ciclos e elaboram estratégias de uso e manejo dos recursos naturais; moradia e ocupação do território por várias gerações; importância das atividades desenvolvidas para a subsistência; reduzida acumulação de capital; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal; importância das atividades extrativistas; tecnologia utilizada relativamente simples e de baixo impacto ao meio ambiente; entre outros.

²⁰ Termo criado por Harvey (2000) que expressa que o motivo do sucesso do shopping está no fato de ser um ambiente controlado, protegido, seguro, organizado, de fácil acesso e isento de conflito. Segundo o autor, é um mundo de fantasia onde a mercadoria reina.

Figura 1- Objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU



Fonte: ONU, 2015.

Tais objetivos alinham-se ao debate proposto sobre o direito à diversidade e à natureza, ao colocarem em pauta a erradicação da pobreza, boa saúde e bem-estar, redução das desigualdades, comunidades sustentáveis, consumo e produção responsáveis, vida sobre a terra, entre outros. Todos esses objetivos já são respeitados nas comunidades periurbanas e rurais na cidade de Santarém, que apesar de apresentar um baixo grau de sofisticação, consegue atender de maneira eficiente o que atualmente está sendo colocado como desejável nas agendas de planejamento urbano.

A partir desse escopo, este artigo apresenta uma das comunidade típicas da área de investigação, a Comunidade São Braz, inserida em um Projeto de Assentamento Agroextrativista – O PAE Eixo Forte, localizado entre a cidade de Santarém e a Vila (turística) de Alter do Chão, procurando demonstrar como o modo de vida tradicional ora praticado no contexto periurbano (e sob forte influência e conexão com a cidade) organiza a produção em função das prioridades definidas pelas próprias comunidades, seguindo ainda que de forma não planejada uma agenda de desenvolvimento endógeno, que pode oferecer muitas contribuições para o novo urbano em formação na região.

O texto também procura apresentar os potenciais de diversificação de ações a partir das práticas existentes, o caráter coletivo da ação, ainda que de apropriação individual (OSTROM, 1990), e o quanto o engajamento da população dessas áreas aumenta a força coletiva frente às disputas em curso pelas terras periurbanas de Santarém. Tais características são apresentadas como base para genuína inovação

na gestão territorial, em que a manutenção das articulações entre a cidade e as comunidades agroextrativistas (e rurais em geral) são vitais para a consolidação de um novo tipo de metrópole, mais responsiva aos paradigmas do século XXI.

2. O território

Após a integração nacional, a partir dos anos 1960, a Amazônia passou por profundas transformações em decorrência do modo como as políticas de incentivo à produção rural, reforma agrária e a provisão de infraestrutura logística potencializaram a migração para a região. Diante do avanço da lógica capitalista, as atuações dos órgãos ambientais foram fundamentais para assegurar demarcações de unidades de conservação, assentamentos, áreas indígenas, entre outros, e dessa forma garantir tanto a preservação dos recursos naturais quanto a terra para as comunidades que dependiam dela para sua sobrevivência. O contexto peculiar de Santarém apresenta projetos diversos de assentamentos que foram criados de modo a permitir a convivência da população com a floresta e com a várzea, que consolidaram condições de ocupação históricas, e que até hoje resistem às pressões impostas pelo processo de urbanização, graças a essas institucionalidades (PINHO, 2012; D'ALASTA. 2016).

Para caracterizar a concepção do PAE Eixo Forte é necessário recuperar a trajetória de formação das diferentes modalidades de assentamentos demarcados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e seus significados e funções. Falar de assentamentos requer a devida compreensão da importância dessa iniciativa no contexto da reforma agrária e sua bandeira histórica na defesa de um modelo econômico e social baseado no uso consciente da terra para subsistência.

As diversas modalidades de assentamentos foram criadas pelo Incra com o objetivo promover a melhor distribuição da terra, modificando o regime de sua posse e uso, atendendo assim os princípios da justiça social e aumento da produtividade (INCRA, 2014). Sua formação é iniciada com a desapropriação de terra improdutiva e emissão do título de posse pelo Incra, e posterior transferência da terra aos trabalhadores rurais, quando há condições de sua emancipação. Os assentamentos desenvolvem como atividade econômica principal a agropecuária, o que inclui a produção de alimentos para consumo próprio e abastecer as cidades vizinhas. O conceito e funcionamento de um assentamento é apresentado na tabela 1.

Tabela 1- Conceituação de assentamento segundo cartilha do Incra

O que é um assentamento?	Como funciona um assentamento?
<ul style="list-style-type: none"> • Basicamente, o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. • Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. • A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. • O tamanho e a localização de cada lote é determinado pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. Saiba mais sobre as características dos assentamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. • Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. • Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiados não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros.

Fonte: INCRA, 2014.

O Incra, além de ser o órgão responsável pela criação do assentamento, presta orientação às ações de desenvolvimento, auxiliando os beneficiários vinculados ao programa nacional de reforma agrária. O processo de implantação de um assentamento apresenta quatro etapas principais (ver figura 2): criação, implantação, consolidação e emancipação. O objetivo final é a emancipação, e essa fase acontece no momento em que o assentamento apresenta desenvolvimento econômico consolidado e está apto a integrar-se ao município em que está implantado.

Figura 2- Etapas de implantação de um assentamento.



Fonte: INCRA, 2014. Elaboração: Autoras.

As primeiras modalidades de assentamentos foram criadas nos anos 1960 e com o passar do tempo novas modalidades continuaram a ser criadas adequadas à agenda e a necessidade de cada período (ver figura 3).

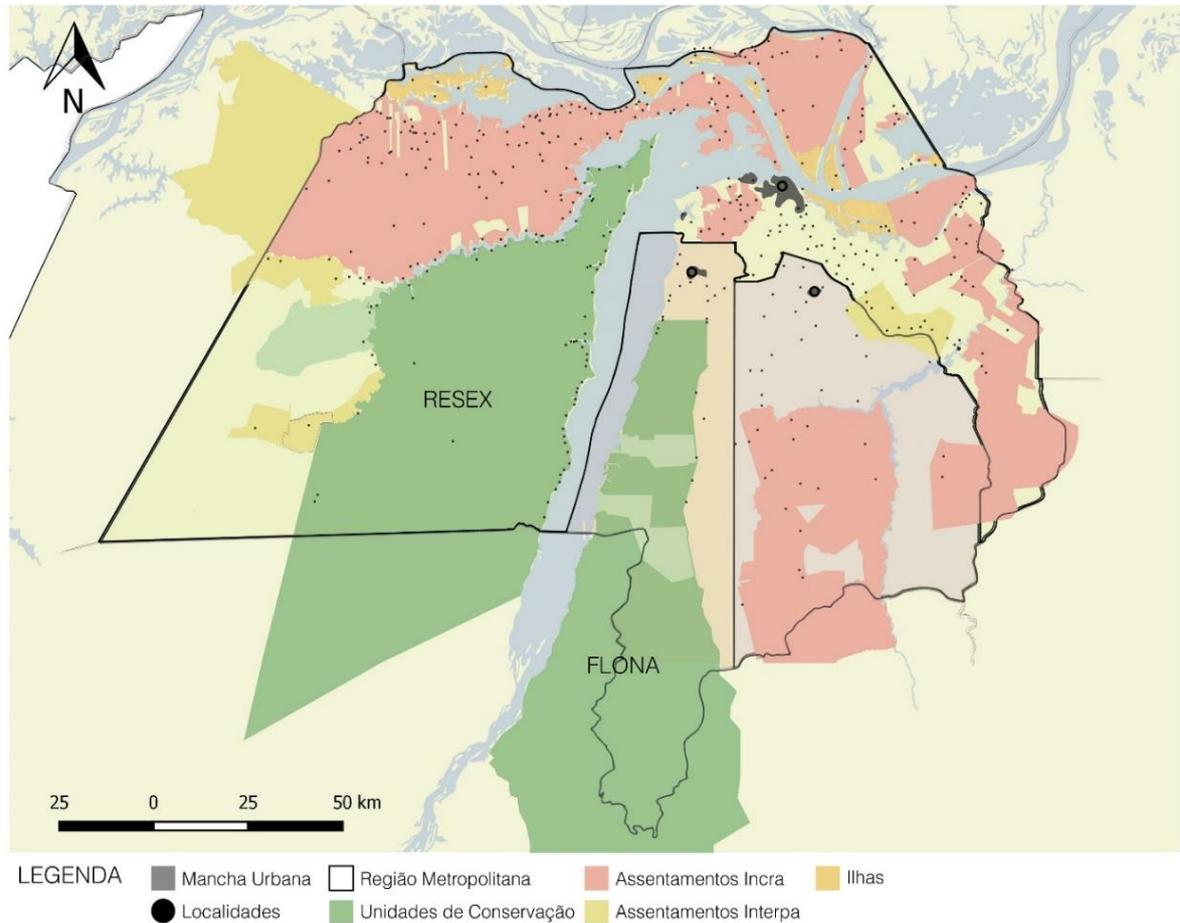
Figura 3- Modalidades de projetos de assentamentos criadas em cada período.

1964	PC PAD PAR PEC PIC PAC PF	Modalidades De Projetos De Assentamentos Criados Pelo Inbra Na Atualidade	PA PAE PDS PAF	Projeto de Assentamento Federal Projeto de Assentamento Agroextrativista Projeto de Desenvolvimento Sustentável Projeto de Assentamento Florestal
	PAP	Modalidades De Projetos De Assentamentos Criados Pelo Inbra (Fora De Vigência)	PC PAD PAR PEC PIC PAC PF	Projeto de Colonização Oficial Projeto de Assentamento Dirigido Projeto de Assentamento Rápido Projeto Especial de Colonização Projeto Integrado de Colonização Projeto de Assentamento Conjunto Projeto Fundiário
1996	PAE	Modalidades De Projetos De Assentamentos Criados Por Estados, Municípios E Empresas De Colonização Particular	PE PAM PAP PCA PFP	Projeto de Assentamento Estadual Projeto de Assentamento Municipal Projeto de Colonização Particular Projeto de Assentamento Casulo Projeto de Assentamento Fundo de Pasto
1999	PDS	Modalidades De Projetos Reconhecidos Pelo Inbra Como Beneficiários Da Reforma Agrária	RESEX FLONA RDS PRB PCT	Reservas Extrativistas Floresta Nacional Reserva de Desenvolvimento Sustentável Projeto de Assentamento de Barragem Programa Célula da Terra
2002	RESEX FLONA RDS			
2003	PAF			
2004	PA PE PAM PCA PFP PRB PCT			

Elaboração: Autoras, 2017.

A contextualização dos assentamentos é particularmente relevante no município de Santarém, onde apenas 0,43% do território constitui a mancha urbana da cidade consolidada e o restante da área é constituído por um mosaico composto por diversas modalidades de assentamentos, vilas, rios e ilhas (ver figura 4).

Figura 4 - Assentamentos existentes na Região metropolitana de Santarém.

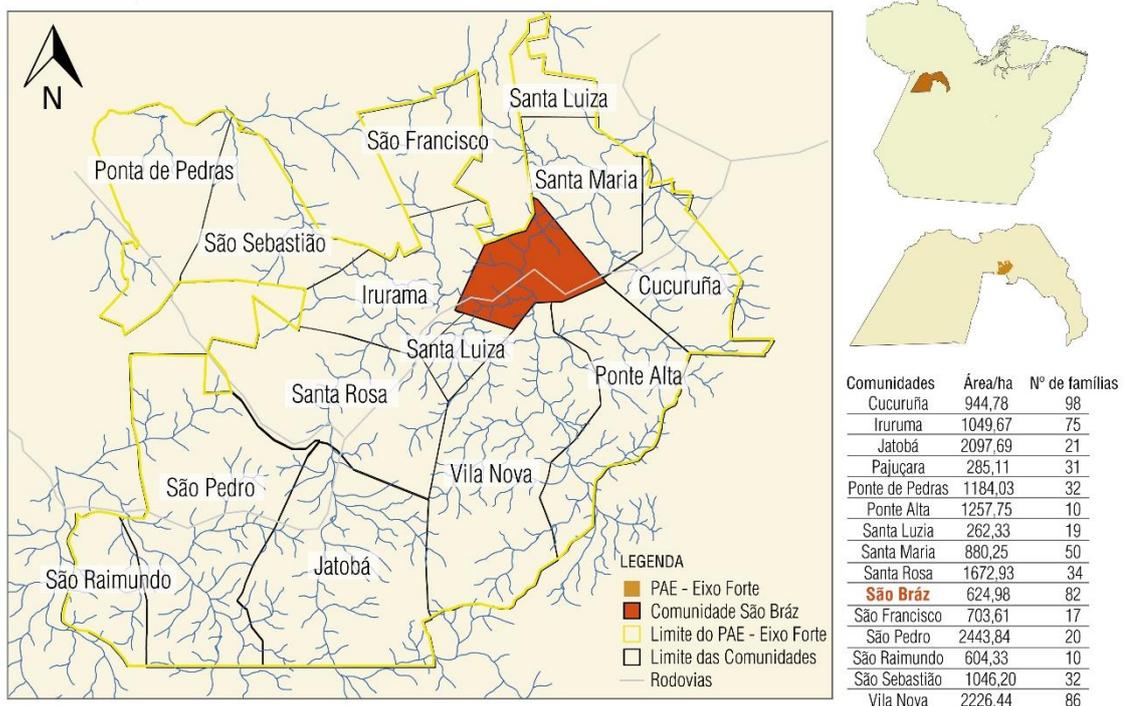


Fonte: STTR, 2016. Elaboração: Autoras, 2017.

3. A comunidade São Brás (PAE Eixo Forte)

A comunidade de São Brás é uma das comunidades mais importantes do assentamento agroextrativista Eixo Forte, localizado a 3km do centro da cidade de Santarém (ver figura 5). A seleção da comunidade como estudo de caso ocorreu devido a sua localização na margem da rodovia que conecta a cidade e a vila (turística) de Alter do Chão, eixo sob forte pressão imobiliária devido ao esgarçamento da mancha urbana da cidade e ao avanço dos processos de especulação imobiliária que tem como alvo a vila turística.

Figura 5- Assentamento agroextrativista Eixo Forte, com destaque para a comunidade São Brás.



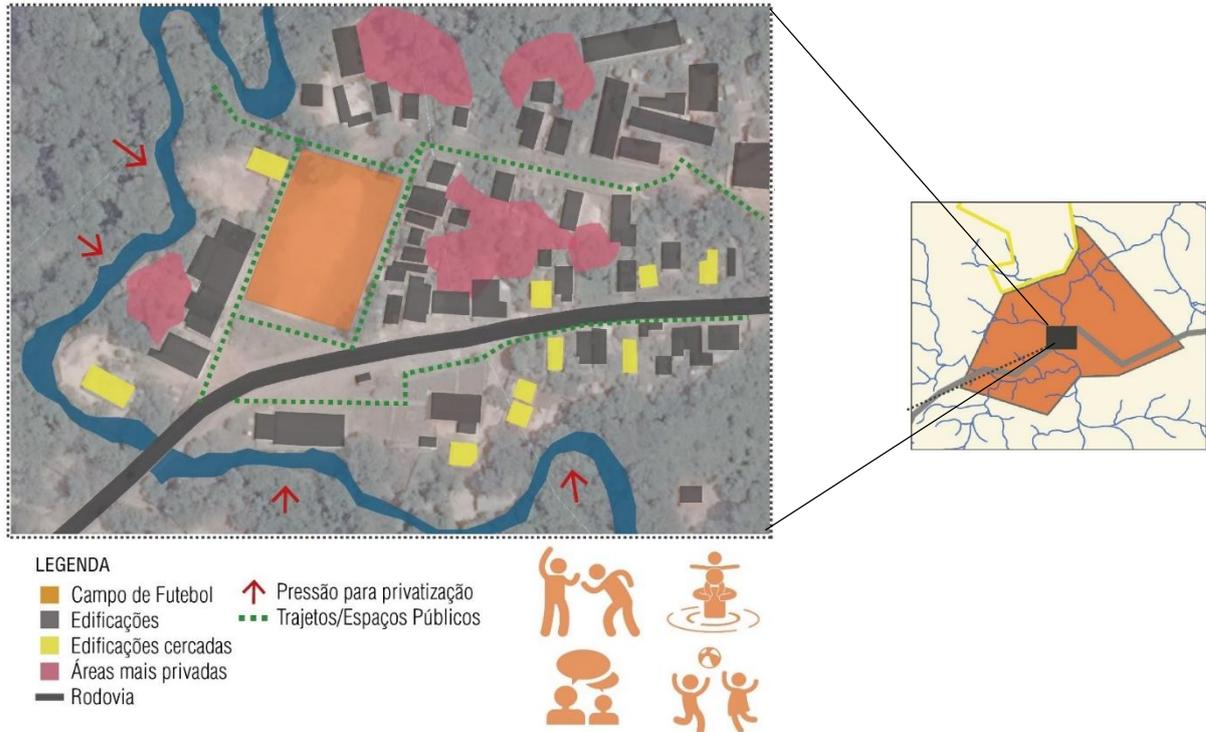
Fonte: INCRA, 2016; DINIZ e CARDOSO, 2017.

O diferencial da comunidade é sua organização espacial, tanto no que diz respeito à rede de espaços públicos quanto às formas de delimitação do espaço privado, baseados na lógica da comunalidade. Nas comunidades extrativistas a ideia de coletividade é muito forte, o espaço público predomina sobre o privado, a vida acontece a partir do espaço comunal. Não há condicionamento do espaço público por construções ou pavimentos, como pensado pelo urbanismo. Os lotes não estão delimitados, porque o espaço é comum a todos. A rede de espaço público existente é fluida, não existem barreiras ao tipo de circulação, como nas praças do centro da cidade. A principal área pública é o campo de futebol, espaço de múltiplo uso, onde crianças e adultos se divertem e são realizadas as festividades da comunidade, como o Festival do Tacacá e a Festa do Padroeiro.

A comunidade apresenta uma relação com a terra que garante para os seus moradores uma boa condição de vida. A terra é um fator fundamental pois os moradores da comunidade trabalham cultivando hortaliças que abastecem as feiras da cidade e programas de alimentação escolar. A expansão urbana acelerada está desencadeando mudanças na utilização da terra, o que antes tinha um valor pelo uso social do espaço, atualmente tem seu valor atribuído a possibilidade de consumo, a

exemplo dos vários balneários privados que aproveitam a beleza natural do igarapé e a estrutura estabelecida.

Figura 6 - Representação da dinâmica espacial existente na comunidade São Brás.



Fonte: DINIZ e CARDOSO, 2017.

A comunidade tem como base econômica a extração de recursos naturais da floresta, tanto para subsistência quanto para o abastecimento das feiras da cidade e dos programas de alimentação escolares. A consolidação da comunidade também ocorre através da provisão de infraestrutura básica, já que a população conta com linha de ônibus frequente, energia elétrica, abastecimento de água, coleta de esgoto, posto de saúde e escolas (PDA Eixo Forte, 2011).

Por se um espaço coletivo, a comunidade apresenta comissões que coordenam diferentes temáticas e juntas, compõe a Federação das Associações de Moradores, Comunidades, e Entidades do Assentamento Agroextrativista Eixo Forte, criando assim uma forte estrutura (ver figura 7) que possibilita pensar as ações a partir de dentro da comunidade, já que consegue mapear as necessidades e enxergar os potenciais, e resistir às imposições existentes por parte do poder político local e empresário.

Figura 7 - Estrutura da organização social das comunidades do assentamento Eixo Forte.



Elaboração: Taynara Gomes, 2017.

Por estar extremamente bem adaptada ao meio e apresentar suas dinâmicas consolidadas, a comunidade São Brás sofre uma grande pressão de agentes sociais interessados na mudança de uso da terra. A localização na rodovia que conecta a vila de Alter do chão à cidade de Santarém e a inserção em uma zona de expansão urbana definida por um raio de cerca de 30 km a partir do centro da cidade, pelo plano diretor (PMS, xxxX) torna o assentamento alvo de uma série de projetos de lei que tentam mudar o uso do solo para poder descaracterizar o assentamento, um deles prevê um recorte de 2km de extensão com largura de 500m para cada lado da rodovia virar um distrito urbano do município, sob a justificativa de o município poder atuar de forma mais consistente nessa área através de políticas públicas, papel esse que atualmente é mediado pelo Incra. Além dessa ação mais ostensiva ocorre o cercamento de pequenas parcelas de terra antes pertencentes à comunidade (marcadas em amarelo na figura 6), e cujo avanço também coloca em risco a constituição do PAE.

Contudo, a resistência acontece tanto social quando espacialmente, pois a própria comunidade não tem interesse nessa separação. Esta entende que a prefeitura quer apenas colocar as terras disponíveis no mercado, iniciando assim um processo de gentrificação, que posteriormente expulsaria toda a população tradicional da região de entorno (relato dos moradores, pesquisa de campo 2017). A resistência espacial se manifesta na estruturação do território, bem adaptada à topografia do sítio, aos cursos d'água, à distribuição da vegetação frutífera e às áreas de plantio, de modo a favorecer o relacionamento da comunidade com o meionatural. A setorização de usos também é determinada pelo tipo de terreno e pela demanda por espaço de cada atividade. Existe a área para plantar, a área para morar e a área onde se concentram as atividades de socialização e de comercialização da produção (frutas, farinhas, legumes e verduras, etc.) da comunidade (ver figura 8).

Figura 8 - Divisão dos espaços na comunidade São Brás.



Fonte: DINIZ e CARDOSO, 2017.

4. Considerações Finais

A partir da caracterização do modo de vida e das formas de apropriação do espaço na comunidade de São Brás, é possível perceber o quanto as práticas sociais da comunidade refletem os objetivos do milênio sugeridos pela ONU em 2015, no que diz respeito a sustentabilidade e preservação dos recursos naturais, se colocando assim à frente (vanguarda) do padrão predatório de urbanização que tenta se impor na cidade. A virtuosa articulação entre o conhecimento tradicional e as demandas da cidade resultam em ações como o festival do Tacacá (segundo maior festival cultural da cidade de Santarém, ficando atrás apenas do Sairé), que dá suporte à gastronomia local a partir dos diversos produtos que podem ser feitos com a mandioca, receitas que são herança indígena da região.

Por outro lado, mesmo já consolidada no território, a comunidade sofre ameaça de emancipação abrupta do projeto de assentamento agroextrativista, por conta da nova lei de regularização fundiária, que exigirá dos atuais assentados o pagamento de 20% do valor de mercado das terras para que eles recebam os títulos de propriedade. O cenário seguinte a essa situação é que colocando as terras no mercado, inicia um processo de valorização da área e conseqüentemente a expulsão da população que não se inserir nessa nova dinâmica de produção do espaço.

Essa tentativa de assimilação das comunidades pela dinâmica de urbanização da cidade é grave na medida em que essa população não terá mais como sobreviver das velhas práticas em um outro tipo de assentamento, em que os lotes sejam individualizados, a exemplo do que acontece nos conjuntos do programa minha casa minha vida, que presumem que as famílias dependem de empregos e estão plenamente inseridas na lógica formal da cidade. Essas alternativas oferecidas pelas políticas públicas não lhes atendem, e nesse aspecto a própria agenda de governo ao “ajudar” tal população a conseguir moradia após a sua desterritorialização, elimina o que poderia ser uma prática inovadora de articulação positiva entre a cidade e suas franjas periurbanas, produtivas, vivas e organizadas, gerando assim novas estratégias de desenvolvimento a partir do potencial do patrimônio natural existente na região.

5. Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. **Discursos da sustentabilidade urbana**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Campinas, v. 1, n. 1, p. 79-9, maio/nov. 1999.
- ARRUDA, R. S. V; DIEGUES, A. C. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.
- BRASIL, **Plano Diretor Participativo: Guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos**. [ago de 2004]. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/Plano-Diretor-Participativo-1.pdf>.
- BRENNER, 2014. **Teses sobre a urbanização**. Revista Eletrônica e-metropolis, nº 19 - ano 5 (dezembro de 2014). [Disponível em: <http://emetropolis.net/edicao/n19>]
- CGEE. **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. [Disponível em www.cgee.org.br/atividades/redirect/5829].
- D'ALASTA, Ana Paula. **Representações do fenômeno urbano na Amazônia contemporânea: observações no sudoeste paraense**. 2016. . Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Sensoriamento Remoto, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2016.
- DINIZ, Kamila; CARDOSO, Ana Claudia. **Cartografias de invisibilidades no espaço periurbano de santarém: estudo de padrões espaciais e relacionamentos da população com espaços públicos /verdes**. Relatório de PIBIC. Belém. FAU/UFGA.
- HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Trad. de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves São Paulo: Edições Loyola, 2004. 382 p.
- HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016
- ALENÇON, Paola Alfaro d; HORN, Philipp; CARDOSO, Ana Claudia. **Conceptualising and Comparing Emerging Urban Geopolitical Configurations: An 'Open Reading' of Lefebvre's work on the Urban, Diversity and Nature**. In: Conference Rethinking Global Urban Justice. Setembro de 2017. University of Leeds, 2017.
- INCRA, 2014. **O INCRA e o Assentamento**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/2745>.
- KLEMENS, Laschefski. **500 anos em busca da sustentabilidade urbana**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 15, n. 29, pp. 143-169, jan/jun 2013
- LEFEBVRE, Henri. **Introdução à Modernidade**. Brasil: Editora Paz e Terra S.A., 1969 [1962].
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999 [1970].

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. **Extended Urbanization and Settlement Patterns: An Environmental Approach.** In: BRENNER, N. (Ed.). *Implosion/Explosion: towards a study of planetary urbanization.* Berlim: Jovis, 2014. p. 109-120.

ONU. **Conheça os novos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU** (2015). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>

OSTROM, Elinor. **Governing The Commons: The evolution of institutions for collective action.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PDA EIXO FORTE (2011). **Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA do Projeto Agroextrativista PAE Eixo Forte** [Disponível em: http://www.endruralpoverty.org/images/stories/documents/projects/Jua_CBT/PDA-EIXO-FORTE-Final_PT.pdf].

PINHO, Carolina Moutinho Duque de. **Análise das redes de localidades ribeirinhas amazônicas no tecido urbano estendido: uma contribuição metodológica.** 2012. 156 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Sensoriamento Remoto, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos, 2012

SANTARÉM. **Lei nº 18.051, de 29 de dezembro de 2006.** Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santarém. Diário Oficial do Município de Santarém. Santarém, PA, 29 dez. 2006.

SILVA, Harley. **Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira.** Maio de 2017. Tese de Doutorado - CEDEPLAR/UFMG. Belo Horizonte, 2017.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.